DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD N° 029

1. Identificação do Requisitante:	
Unidade Administrativa Requisitante: *Setor de Compras*	
Responsável: *Filipe Vieira Babsky*	Cargo/Função: Coordenador de Contratos e Prestação de Contas
Matrícula: 41.020	E-mail e telefone do setor: (31) 3558-2315 cultura@mariana.mg.gov.br

2. Necessidade: *Contratação do **CANDONGUÊRO** para compor a programação do Carnaval de Mariana de 2026.*

1. Justificativa da necessidade:

O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda.

Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade.

A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento.

Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento de grande porte e tradição regional.

2. Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA):

Ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana. Entretanto, está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

3. Previsão da data em que deve ser iniciada a execução:

Após a assinatura do contrato.

16/01/26 10:25h Bárbara

002

4. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO A SER CONTRATADO

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento junto às demais atrações, de acordo com o quantitativo abaixo:

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	1	UN	Contratação do Candonguêro	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00

6.1- CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

(X) Recurso Próprio
( ) Recurso Vinculado Estadual
( ) Recurso Vinculado Federal
( ) Outros (quais?) Emenda Parlamentar

5. Indicação da comissão de planejamento da contratação e pela fiscalização da execução do objeto:

Para a adequada condução do procedimento, indicamos o servidor Filipe Vieira Babsky Matrícula 41.020 como membro responsável pela Comissão de Planejamento da Contratação nomeado pelo decreto nº 12.373, de 14 de julho de 2025, bem como o servidor Calos Roberto da Silva CPF 088.567.866-48 como membro da Comissão de Fiscalização da Execução do Objeto, que atuarão conforme as disposições legais aplicáveis e acompanharão todas as fases necessárias ao bom andamento e à execução do contrato.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Mariana 10 de novembro de 2025.

Filipe Vieira Babsky
Matrícula 41.020 CPF 917.652.006-44
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas

8-RESPONSABILIDADE PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA N° 029

Para fins do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, declaro que as despesas decorrentes da obrigação a ser contraída apresenta adequação orçamentária e financeira com o corrente orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e com a própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Declaro, ainda, que esta Secretaria possui disponibilidade orçamentária e financeira para cobrir as referidas despesas.

Data: 10/11/2025

Marcos Eduardo Batista
Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 029

Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer

Objeto: Contratação do **CANDONGUÊRO** para compor a programação do Carnaval de Mariana de 2026.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda.

Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade.

A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento.

Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento de grande porte e tradição regional.

2. ESSA CONTRATAÇÃO ESTÁ PREVISTO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES?

Ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana. Entretanto, está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

I) A contratação deve efetivar-se junto a artista consagrado pela opinião pública local;
II) O estilo musical apresentado pelo artista deve corresponder ao evento;
III) Os serviços prestados devem ser de reconhecida qualidade pelo mercado;
IV) Deve haver compatibilidade de agendas entre o órgão público e o artista.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO.

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento.

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	1	UN	Contratação do Candonguêro	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando a demanda para a contratação de artista, a administração local realizou levantamento de artistas com aceitação pela opinião pública e que possuíssem disponibilidade para apresentação visando sua participação na programação cultural oficial da Prefeitura Municipal de Mariana. No curso das diligências realizadas pela Secretaria de Cultura, verificou-se que o artista atende aos requisitos previamente definidos e demonstrou interesse e viabilidade para a realização das apresentações.

Destaca-se que o artista detém representatividade no cenário musical local, consolidada por sua trajetória musical e pelo amplo reconhecimento junto ao público. Tal notoriedade é evidenciada por meio de publicações em redes sociais e veículos de comunicação, bem como pela participação em eventos, o que reforça sua relevância e aceitação no meio artístico.

Nos termos do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, a regra geral para a Administração Pública é a realização de licitação, visando à obtenção da proposta mais vantajosa e assegurando a competitividade entre os interessados. No entanto, a própria legislação prevê hipóteses em que o procedimento licitatório se revela inviável, especialmente quando há impossibilidade de competição objetiva. Esse é o caso da contratação de serviços artísticos, uma vez que as performances musicais possuem caráter singular e criativo, tornando inviável a comparação entre diferentes artistas com base em critérios meramente objetivos.

Dessa forma, a inexigibilidade de licitação encontra respaldo no artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Diante do exposto, e considerando que a artista preenche os requisitos legais exigidos, a contratação direta por inexigibilidade de licitação mostra-se o meio mais adequado e juridicamente seguro para viabilizar a apresentação no evento, garantindo a realização de espetáculo compatível com as expectativas do público e os objetivos culturais da administração municipal.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Dada à potencialidade criativa ou características intrínsecas do trabalho artístico, não há como estabelecer pontos mensuradores para estabelecer uma competição que seja julgada através de critérios objetivos, o que não afasta a possibilidade de haver uma contratação com observância da seleção da proposta mais vantajosa, dentre outros princípios a ela atrelados. Mesmo cabendo certa discricionariedade na escolha do executante, nos cercamos de informações que demonstrem a consagração da artista, bem como o mínimo exigido para uma contratação segura e a razoabilidade do

preço. O valor proposto para a referida apresentação está em conformidade com os valores praticados pelo artista no mercado, inclusive à mesma época de outras contratações.

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	1	UN	Contratação do Candonguêro	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A escolha da Secretaria Municipal de Cultura para a contratação do serviço foi pautada pela opinião pública local, sendo este conhecido pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, e seguindo todos os requisitos previstos na Lei de contratações vigente.

Não paira nenhuma dúvida de que possui reputação, experiência e conhecimento compatível com a necessidade que se propõe a Administração Municipal realizar aos munícipes de Mariana e região.

A justificativa da inexigibilidade nesta hipótese é a inviabilidade de competição. Com efeito, não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, respaldo fático para a realização do procedimento licitatório.

Por fim, verifica-se que esse dispositivo apresenta certo limite discricionário, autorizando o administrador a optar pela escolha que melhor atenda ao interesse público em razão das próprias características da performance artística desejada. Sendo assim, entendemos ser inexigível a licitação, tendo em vista que atende aos requisitos acima mencionados.

8. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO

O objeto da contratação é divisível e pode ser parcelado?

( ) Sim, é divisível e foi parcelado em tantas parcelas quanto tecnicamente e economicamente viáveis.

( ) É divisível, mas não poderá ser parcelado

(X) Não é divisível.

A contratação em tela não é divisível tendo em vista tratar-se de apresentação artística única.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Visando a programação cultural oficial da Prefeitura Municipal de Mariana, pretende-se:

- ✓ Fortalecer a cultura local.
- ✓ Incentivar a integração comunitária em um ambiente de celebração e convívio social saudável.
- ✓ Fomentar o turismo local, atraindo visitantes de Mariana e municípios vizinhos, movimentando a economia informal e o comércio local durante os eventos.
- ✓ Estimular a continuidade das manifestações populares, garantindo que as novas gerações tenham contato e valorizem as tradições culturais.
- ✓ Promover o acesso gratuito a atividades culturais de qualidade, democratizando a cultura e fortalecendo a cidadania cultural.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

A entrega da contratação será em dia e horário a serem definidos. O responsável pelo acompanhamento dos preparativos até a execução da contratação, será um colaborador da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, devidamente designado pelo ordenador de despesa da pasta.

O servidor designado para exercer a função de fiscal do contrato será previamente cientificado de todas as cláusulas contratuais pertinentes, sendo devidamente capacitado para o exercício das atribuições de fiscalização, conforme exige o §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

O artista contratado bem como os demais integrantes da banda e produção deverão estar aptos e presentes no local de apresentação, de acordo com orientação pré-definida pela Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo. A Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo é responsável pelo fornecimento de palco e camarim, sonorização, gerador de energia e apoio logístico para o local.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da demanda?

( ) Não.
(X) Sim

Contratação de toda estrutura que estará montada e apta para receber o artista e que ficará à disposição durante todos os dias de evento: palco, sonorização, iluminação, gerador de energia e apoio logístico.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.

Essa contratação gera algum impacto ambiental?

( ) Não.
(X) Sim.

Com vistas à observância das normas de sustentabilidade ambiental previstas na legislação vigente, todos os resíduos sólidos gerados durante a execução do evento serão devidamente tratados e descartados em conformidade com as diretrizes e normativas expedidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, responsável pela política pública de limpeza urbana, coleta, manejo e destinação final

de resíduos, garantindo-se o cumprimento dos princípios da responsabilidade ambiental e da eficiência na gestão dos serviços públicos.

No que se refere ao consumo de energia elétrica necessário para a realização do show, caberá a responsabilidade pela adequação da gestão da energia utilizada no evento. Tal medida visa resguardar o erário público, em consonância com os princípios da economicidade e da razoabilidade.

13. CONCLUSÃO.

O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item 7 "ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária:

( ) Não
(X) Sim.

Mariana, 10 de novembro de 2025.

Filipe Vieira Babsky
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

Serão devidamente considerados, na elaboração do Termo de Referência e do contrato, os riscos identificados e classificados no Mapa de Riscos, de modo a subsidiar a adoção de medidas preventivas, mitigar possíveis impactos à execução contratual e assegurar o cumprimento do planejamento institucional.

MAPA DE RISCO

RISCO 1			
Não cumprimento do contrato por parte do artista (cancelamento ou qualidade inferior à esperada)			
Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
Fase Impactada:	( ) Fase Preparatória ( ) Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato		
Id	Dano		
1.	Impacto negativo no evento, insatisfação do público e prejuízo financeiro.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Inclusão de cláusulas contratuais prevendo penalidades por descumprimento e pagamento condicionado à efetiva prestação do serviço.		Fiscal administrativo do contrato
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Abertura de procedimento administrativo para aplicação de sanções e execução da garantia em caso de desconformidade.		Gestor do contrato

RISCO 2			
Ausência de clareza na especificação dos serviços a serem prestados			
Probabilidade:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Fase Impactada:	( ) Fase Preparatória ( ) Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato		
Id	Dano		
1.	Descumprimento, pela contratada, de obrigações previstas em contrato.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Divergências entre as partes sobre o que foi contratado.		Gestor do contrato
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Elaboração detalhada do termo de referência, incluindo duração do show, requisitos técnicos e logística.		Gestor do contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E LAZER

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO / DEFINIÇÕES / INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1.1 OBJETO

Contratação do **CANDONGUÊRO** para compor a programação do Carnaval de Mariana de 2026.

1.2 DEFINIÇÕES/INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1) Inexigibilidade, conforme inciso II, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/21.

3) Condição de Serviço/Bem comum: Celebração de festa popular

4) Serviço contínuo: Não se aplica

5) Contato do responsável: Secretário de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Lazer

Telefone: 3558-2315

email: cultura@mariana.mg.gov.br

2. JUSTIFICATIVA

O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda.

Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade.

A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento.

Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia

local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento de grande porte e tradição regional.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, QUANTITATIVOS E VALOR

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento.

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	1	UN	Contratação do Candonguêro	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A escolha da Secretaria Municipal de Cultura para a contratação do serviço foi pautada pela opinião pública local, sendo este conhecido pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, e seguindo todos os requisitos previstos na Lei de contratações vigente.

Não paira nenhuma dúvida de que possui reputação, experiência e conhecimento compatível com a necessidade que se propõe a Administração Municipal realizar aos munícipes de Mariana e região.

A justificativa da inexigibilidade nesta hipótese é a inviabilidade de competição. Com efeito, não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, respaldo fático para a realização do procedimento licitatório.

Por fim, verifica-se que esse dispositivo apresenta certo limite discricionário, autorizando o administrador a optar pela escolha que melhor atenda ao interesse público em razão das próprias características da performance artística desejada. Sendo assim, entendemos ser inexigível a licitação, tendo em vista que atende aos requisitos acima mencionados.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

I) A contratação deve efetivar-se junto a artista consagrado pela opinião pública local;

II) O estilo musical apresentado pelo artista deve corresponder ao evento;

III) Os serviços prestados devem ser de reconhecida qualidade pelo mercado;

IV) Deve haver compatibilidade de agendas entre o órgão público e o artista.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto referente à contratação do artista para apresentação musical, será conduzida em etapas previamente definidas, assegurando o pleno cumprimento do contrato e a efetividade do resultado cultural pretendido pelo Município.

6.1. Início da Execução Contratual
A execução se iniciará com a formalização do contrato administrativo entre a Prefeitura Municipal de Mariana, por meio da Secretaria de Cultura, e o artista, mediante assinatura contratual e emissão da respectiva Nota de Empenho.

6.2. Planejamento e Articulação Técnica
Após a formalização, será realizada reunião técnica entre a equipe da Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo, a produção do artista e os responsáveis pela organização, para alinhamento de informações logísticas e técnicas relacionadas à apresentação, tais como:

Definição do local do show;

Data e horário da apresentação, conforme cronograma;

Requisitos técnicos (rider técnico);

Estrutura de palco, som, iluminação e camarins;

Segurança e acessibilidade.

6.3. Logística e Infraestrutura
A Prefeitura de Mariana será responsável por garantir toda a infraestrutura necessária à realização do show, incluindo montagem de palco, sonorização, iluminação, conforme os termos acordados entre as partes e constantes no rider técnico do artista.

6.4. Apresentação do Artista
A apresentação do artista deverá ocorrer no dia e horário previamente definidos, com duração aproximada de 1h30 (uma hora e trinta minutos. O show será de acesso gratuito ao público, integrando o conjunto de ações de valorização cultural, democratização do acesso à arte e fortalecimento do calendário turístico e cultural do município.

6.5. Relatório de Execução
Após a apresentação, será emitido relatório de execução pela equipe técnica da Secretaria de Cultura, atestando o cumprimento do objeto contratual, a adequação da entrega aos parâmetros estabelecidos e a regularidade do serviço prestado. O relatório poderá conter registros fotográficos, audiovisuais e parecer técnico-cultural sobre a atividade.

6.6. Encerramento do Contrato
O encerramento do contrato ocorrerá após a apresentação da artista, a aprovação do relatório de execução e a confirmação do cumprimento de todas as obrigações contratuais por ambas as partes. O pagamento será efetuado conforme previsto contratualmente, condicionado à apresentação da documentação fiscal e do atesto pela fiscalização do contrato.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A contratação do artista será realizada por meio de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que permite a contratação direta quando houver

inviabilidade de competição em razão da contratação de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

A inviabilidade de competição decorre da natureza personalíssima da apresentação artística pretendida, sendo o artista o único capaz de realizar o serviço de forma autêntica, conforme amplamente reconhecido por sua trajetória, estilo musical e identidade artística. A escolha do artista visa à valorização do evento, à atração de público diverso e à qualificação da programação cultural, aspectos essenciais para o alcance dos objetivos pretendidos.

A comprovação da notória consagração da artista será feita por meio de documentação pública e material promocional, incluindo:

Histórico profissional e biografia artística;

Reconhecimento pelo público;

Ampla circulação na mídia e plataformas digitais.

A contratação será intermediada por sua representação exclusiva, devidamente comprovada mediante apresentação de documento que ateste a exclusividade da empresa ou empresário responsável pela gestão da carreira do artista. Esta exigência está prevista no §1° do art. 74 da Lei 14.133/2021, como condição para a legalidade da inexigibilidade.

Por fim, a adequação dos preços será verificada com base em propostas de apresentações similares, quando disponíveis, bem como em análise da compatibilidade com os valores praticados pelo mercado para artistas de igual notoriedade, nos termos do art. 23, § 4 da referida legislação.

8. HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação no certame, as licitantes terão de satisfazer os requisitos mediante apresentação de documentos relativos a:

8.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Cartão CNPJ;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, ou a última alteração consolidada, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2. HABILITAÇÃO FISCAL

a) Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou distrital) da sede do licitante;

b) Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

c) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho, por meio de certidão emitida pelo site www.tst.gov.br;

8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou em sítio eletrônico caso a comarca da licitante disponha desta ferramenta.
Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem certidão emitida pelo Juízo Falimentar e/ou Plano de Recuperação deferido, na qual fique demonstrado que a empresa está apta econômica e financeiramente para participar dos procedimentos licitatórios

8.4. DECLARAÇÕES:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

b) Declaração atestando que a pessoa jurídica a ser contratada não emprega servidor público.

c) Declaração de cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitação da previdência social.

9. AMOSTRA / LAUDO TÉCNICO / PROVA DE CONCEITO

Não se aplica a essa contratação.

10. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/ PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO

A prestação do serviço ocorrerá em dia, local e horário a ser definido. E contará com toda estrutura e demais responsabilidades de qualquer tipo de autorização, por conta da contratante – Prefeitura Municipal de Mariana.

11. GARANTIA DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS

Não se aplica a essa contratação.

12. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR / CONTRATADO

12.1. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Secretaria de Cultura Patrimonial, Turismo e Lazer.

12.2. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, cumprindo rigorosamente as descrições contidas nesse Termo de Referência.

12.3. Atender prontamente às solicitações da CONTRATANTE.

12.4. Ficar à disposição da CONTRATANTE durante o período de execução do serviço. Ficarão por conta da CONTRATADA todos os impostos, taxas, seguros, transportes, materiais de higienização e demais custos necessários a completa disponibilização do objeto.

12.5. Executar fielmente este Termo de Referência, em conformidade com as cláusulas acordadas e normas estabelecidas na Lei n. 14.133/21 e suas alterações.

12.6. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

12.7. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes

13. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARIANA

13.1. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;

13.2. Promover o acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições exigidas no Termo de Referência;

13.3. Avaliar a qualidade dos serviços prestados por ocasião pela CONTRATADA.

13.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos Nesse Termo de Referência;

13.5. Emitir Autorização de Fornecimento, devendo conter a identificação da Unidade Requisitante, a identificação da CONTRATADA, a especificação do item, quantidade, data, horário e endereço de prestação do serviço, que será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA

13.6. Rejeitar o serviço no todo ou em parte, caso constate irregularidades com respeito à qualidade do mesmo, determinando que seja refeito, rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

13.7. Atestar, para fins de pagamento da franquia, os documentos da despesa, quando comprovado o fiel e correto cumprimento da prestação do serviço. Exercer a Fiscalização da contratação.

13.8. Reservar à fiscalização da Secretaria o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto nesse Termo de Referência e em tudo o mais que se relacione com o Objeto dessa contratação, desde que não acarrete ônus para a CONTRATANTE.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Mariana no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da (s) Nota (s). Fiscal (is) correspondentes ao fornecimento, acompanhada (s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

14.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.2 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Não se aplica a essa contratação

15. FISCALIZAÇÃO

15.1 O Município de Mariana exercerá a fiscalização por meio do servidor designado, Calos Roberto da Silva CPF 088.567.866-48, plenamente capacitado para a função, tendo em vista sua experiência como fiscal de diversos contratos no âmbito desta Secretaria e o exercício de cargo de coordenação. Em caso de sinistro, caberá ao referido servidor entrar em contato com a empresa contratada para averiguar a ocorrência. Constatada qualquer irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas neste Termo de Referência.

15.2 As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de MARIANA em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.

15.3 O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados de forma in loco pelo servidor designado, durante a realização do show, com o objetivo de verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa contratada. A fiscalização abrangerá, dentre outros aspectos, a execução do serviço conforme as especificações técnicas, o cumprimento de normas de segurança, acessibilidade e meio ambiente, bem como a qualidade geral da prestação do serviço.

16. VIGÊNCIA DO CONTRATO / ARP

O contrato terá vigência de 90 dias.

17. GARANTIA CONTRATUAL

Não se aplica a essa contratação.

18. REAJUSTE/ REPACTUAÇÃO

Não se aplica a essa contratação.

19. SANÇÕES

19.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato ou por fraudar a execução deste, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções, previstas nos termos do artigo 156, da Lei Federal 14.133/21:

19.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA – comunicação formal quanto à conduta da CONTRATADA sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

19.1.2. MULTA, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por centos) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 154 da Lei n. 14.133/21.

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, limitada sua aplicação até o máximo de 30 (trinta) dias, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas;

b) 01% (um por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de descumprimento de obrigação contratual, até o máximo de 10% (dez por cento);

c) 02% (dois por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de reincidente de descumprimento de obrigação contratual, até o máximo de 20% (vinte por cento);
Atingidos os valores máximos das multas a serem aplicadas e havendo nova ocorrência ou reincidência de descumprimento de obrigação contratual, poderá ser configurada inexecução do Contrato;

d) 05% (cinco por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado;

e) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total; ou na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão;

19.2. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 03 (três) anos nos termos do inciso III, do artigo 155, §4° da Lei n° 14.133/21.

19.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

19.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

20. ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à contratação do **CANDONGUÊRO** para compor a programação do carnaval de Mariana 2026, para constar como anexo ao edital.

Mariana, 12 de janeiro de 2026.

Filipe Vieira Babsky
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

PREFEITURA DE MARIANA
Secretaria de Cultura, Patrimônio Cultural e Turismo

DECLARAÇÃO

Declaro, para devidos fins, que RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA, inscrito no CNPJ sob o n° 51.562.529/0001-30 representantes exclusivo do Candonguêro, preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária para contratação por inexigibilidade de licitação, em atendimento ao disposto no artigo 72, V, da Lei 14.133/2021.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Para a contratação do show do Candonguêro, procedeu-se à análise do orçamento apresentado, tomando-se como referência os valores praticados pela empresa RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA, detentora do contrato de exclusividade para a intermediação e gestão dos shows do referido artista.

A verificação da razoabilidade e adequação do preço foi realizada com base nas notas fiscais emitidas pela mencionada empresa, devidamente válidas e representativas dos valores de mercado atualmente praticados para apresentações do Candonguêro.

Considerando que a empresa RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA é a única representante autorizada para a comercialização e intermediação dos shows da artista, resta caracterizada a inexigibilidade de licitação, conforme dispõe o artigo 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que permite a contratação direta de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, por meio de empresário exclusivo.

Dessa forma, a contratação do show do Candonguêro encontra-se devidamente fundamentada, atendendo aos princípios da legalidade, da razoabilidade e da economicidade, garantindo a conformidade com a legislação vigente e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

Apresentação de proposta do "Show Candonguêro" para Mariana 2026

O SHOW

Idealizado por artistas e pesquisadores ouro-pretanos, com intuito de resgatar e difundir a música carnavalesca nacional, o "SHOW CANDONGUÊRO" vem há 20 anos trazendo para as praças e cargos da região dos inconfidentes um concerto de música popular brasileira onde o samba é o fio condutor.

A proposta perpassa o universo da música brasileira com repertório autoral do disco "Era uma Vez um Carnaval", passando também por grandes nomes da canção popular como Caetano, Gilberto Gil, Lenine, Cartola, Noel Rosa, Tom Jobim, Chico Buarque, Cazuza, Luiz Gonzaga, Tim Maia, além de inéditos compositores da região e da nova cena musical brasileira.

Através de releituras que expressam todo universo da nossa musicalidade, o show emociona e anima o público pela originalidade musical, realizando fusões musicais impensáveis, como por exemplo, a união de Chiquinha Gonzaga com Titãs, Tim Maia com Luiz Gonzaga, Noel Rosa com Zeca Pagodinho, etc . Além, é claro, de não deixar de lado clássicos do cancioneiro popular unidos em *pout-pourris* surpreendentes.

"Candonguêro" é uma palavra angolana que se denomina o tambor utilizado no Jongo. Através de um processo semântico passou-se a designar o "leva-traz". Dessa forma, o projeto pretende ser um instrumento de fruição, levando e trazendo canções que rememorem e legitimem a tradição, a partir da construção de uma paisagem sonora que caracteriza nosso som, nossa cultura e nossa gente.

Neste sentido, o repertório conta com dezenas de músicas escolhidas "a dedo" e que contemplam expressões da tradição musical brasileira das mais variadas. O espetáculo tem como objetivo principal a prática do cancioneiro popular brasileiro num ambiente de muita diversão, irreverência e paz.

Com músicos de alto nível e grande representatividade, o projeto possui repertório eclético e se apresentou durante mais de 13 anos no carnaval de Ouro Preto e Mariana sempre com recorde de público e sucesso de crítica.

Fotos e Release para Imprensa: COMUNICAÇÃO CANDONGUERO

CONFERE COM ORIGINAL

PROPOSTA

Realização de 01 (um) Shows Candonguêro no Carnaval de Mariana 2026

CONDIÇÕES

Cachê de R$15.000,00 (quinze mil reais) por apresentação.

NECESSIDADES EXTRA CACHÊ

- Palco;
- Som e luz de acordo com mapa anexo;
- Camarim com banheiro.

FORMA DE PAGAMENTO

Pagamento à vista mediante apresentação de nota fiscal.

*Documentação de ECAD, impostos e outros documentos necessários para a realização do evento ficam por conta do contratante.

DATA CUMPRIMENTO DA PROPOSTA

Janeiro de 2026

VALIDADE DA PROPOSTA

60 dias da data da assinatura

DADOS REPRESENTANTE

Rayssa Aparecida do Amaral Gonçalves
RG nº 16.127.85 SSP/MG
CPF nº 104.074.326-98

*Anexos abaixo

CONFERE COM ORIGINAL

CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO ARTÍSTICA

025

INSTRUMENTO PARTICULAR DE REPRESENTAÇÃO ARTÍSTICA QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO COMO **REPRESENTANTE RAYSSA AMARAL PRODUÇÕES LTDA, SOB O CNPJ Nº 51.562.529/0001-30,** COM O NOME FANTASIA **TERRA DE RUDÁ PRODUÇÕES** E DO OUTRO LADO A BANDA **CANDONGUERO** NA FORMA ABAIXO:

Por este instrumento particular de Contrato de representação artística que entre si celebram de um lado como **REPRESENTANTE DA TERRA DE RUDÁ PRODUÇÕES,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 51.562.529/0001-30 com sede à Rua São Miguel Arcanjo, nº314, casa A, bairro Água Limpa, na cidade de Ouro Preto, CEP: 35.404-340 – Estado de Minas Gerais, através do seu representante legal, Srta **RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONÇALVES,** brasileira, inscrito no CPF sob o nº 104.074.326-8 e portadora da Carteira de Identidade MG 16.127-854, residente e domiciliado no mesmo endereço, e do outro lado, como **REPRESENTADO**:

1. FRANCISCO DE ASSIS GONZAGA DA SILVA brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 000.569.256-38 e portador da Carteira de Identidade nº MG 10.574.698, residente e domiciliado à Avenida das Andorinhas, n° 177, Bairro Morro São João, na cidade de Ouro Preto, CEP: 35.406-451– Estado de Minas Gerais. Representante e diretor artístico da banda **CANDONGUERO.**

Têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — constitui objeto do presente contrato a representação em caráter exclusivo, do representado pelo representante, na qualidade de seu empresário artístico.

CLÁUSULA SEGUNDA — O empresário poderá firmar contrato em nome de seu representado em caráter exclusivo, para a realização de apresentações artísticas, em show ou eventos, em qualquer parte do território nacional, ajustado em nome do representado, valor do cachê, número de apresentações, local e horário.

CLÁUSULA TERCEIRA— Pelo presente, declara o contratado artista que o contratante empresário é o seu único representante em todo o território nacional, detendo a exclusividade para contratação de suas apresentações podendo ajustar com terceiros as condições das mesmas.

CLÁUSULA QUARTA— O presente contrato é válido pelo prazo de **12 meses** a contar da data de assinatura.

CLÁUSULA QUINTA — Este ajuste obriga as partes contratantes sem herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA SEXTA— Fica eleito o fórum da cidade de Ouro Preto/MG, dirimir qualquer dúvida ou questões decorrentes do presente contrato.

CONFERE COM ORIGINAL

E por estarem assim de pleno acordo com as CLÁUSULAS, termos e condições deste instrumento, assinam o presente em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produza os seus efeitos legais.

Ouro Preto, 18 de dezembro de 2025

ASSINADO DIGITALMENTE
RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
https://serpro.gov.br/assinador-digital
Serpro

TERRA DE RUDÁ PRODUÇÕES
CNPJ: nº 51.562.529/0001-30
RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONÇALVES
CPF: nº104.074.326-98
REPRESENTANTE

FRANCISCO DE ASSIS GONZAGA DA SILVA:00056925638

Digitally signed by FRANCISCO DE ASSIS GONZAGA DA SILVA:00056925638
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL MULTIPLA G1, OU=27489125000183, OU=presencial, OU=Certificado PF A3, CN=FRANCISCO DE ASSIS GONZAGA DA SILVA:00056925638
Reason: I am the author of this document
Location:
Foxit PDF Reader Version: 2025.2.1

FRANCISCO DE ASSIS GONZAGA DA SILVA
CPF: 000.569.256-38
REPRESENTADO

gov.br
Documento assinado digitalmente
DAMIAN FIORONI
Data: 22/12/2025 09:14:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

DAMIÁN FIORONI
CPF: 065.300.857-00
TESTEMUNHA

Roberta Fonseca Silva

ROBERTA FONSECA DA SILVA
CPF: 053.330.936-01
TESTEMUNHA

CONFERE COM ORIGINAL

027

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

51.562.529 RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 51.562.529-0001/30 com sede à Rua São Miguel Arcanjo, 314, casa A, bairro Água Limpa - Ouro Preto | CEP:35.404-340, através do seu representante legal, a Srta. **RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONÇALVES**, brasileira, inscrito no CPF sob o nº 104.074.326-98 e portador da Carteira de Identidade MG 16.127.854, residente e domiciliado no mesmo endereço da pessoa jurídica, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal. Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Ouro Preto, 17 de novembro de 2025

ASSINADO DIGITALMENTE
RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: https://serpro.gov.br/assinador-digital
Serpro

51.562.529 RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES

CNPJ: 51.526.259-0001/30

CONFERE COM ORIGINAL

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE OURO PRETO/MG

Eu, **Rayssa Aparecida do Amaral Gonçalves**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº **104.074.326-08** e portadora da Carteira de Identidade nº **MG 16.127.854**, residente e domiciliada à **Rua São Miguel Arcanjo, nº 314, casa A, bairro Água Limpa, Ouro Preto/MG, CEP 35.404-340**, na qualidade de representante legal da **Rayssa Amaral Produções Ltda**, nome fantasia **Terra de Rudá Produções**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **51.562.529/0001-30**, com sede no mesmo endereço acima citado,

DECLARO, para os devidos fins, que **nenhum dos integrantes do grupo por mim representado(a)** — sejam **músicos, atores, equipe técnica ou de produção — mantém vínculo empregatício, contratual, comissionado ou de qualquer outra natureza com a Administração Direta do Município de Ouro Preto/MG**.

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade desta declaração implicará nas sanções cabíveis, conforme previsto na legislação vigente.

Por ser verdade, firmo a presente para que surta os efeitos legais.

Ouro Preto/MG, 17 de novembro de 2025.

ASSINADO DIGITALMENTE
RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: https://serpro.gov.br/assinador-digital
Serpro

RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONÇALVES
Representante Legal – Terra de Rudá Produções
CPF: 104.074.326-08
RG: MG 16.127.854

CONFERE COM ORIGINAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO SERVIDOR PÚBLICO, INIDONEIDADE E EMPREGO DE MENOR.

Por este instrumento jurídico particular eu Rayssa Aparecida do Amaral Gonçalves, RG MG 16.127.854, expedida pelo órgão expedidor SSP MG, CPF nº104.074.326-98, residente/domiciliado na Rua São Miguel Arcanjo, nº314, casa A, Bairro Água Limpa, cidade de Ouro Preto – MG – representante legal da empresa **RAYSSA APARECIDA PRODUÇÕES LTDA**, nome fantasia **TERRA DE RUDÁ PRODUÇÕES**, sob o CNPJ 51.562.529/0001-30 – De acordo com os artigos 155 e 156, da Lei Federal nº 14.133, de 1° de abril de 2021 (nova Lei de Licitações) e artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.), para todos os fins de direitos e obrigações – DECLARO:

1) Que a empresa Terra de Rudá Produções não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, relacionados com a **CONTRATANTE** – de acordo com o Artigo 14, inciso IV da Lei 14.133 de abril de 2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

2) Que a empresa Terra de Rudá Produções não foi declarada inidônea para contratar com a Administração pública e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores de fatos supervenientes, ciente de que a não declaração resulta em incidência de penalidades legais – de acordo com o Artigo 155, inciso X da Lei 14.133 de abril de 2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

3) Que para fins do disposto Artigo 7º XXXIII da Constituição Federal, que a empresa Terra de Rudá Produções não emprega menores de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de 16 anos.

Ouro Preto, 17 de novembro de 2025.

ASSINADO DIGITALMENTE
RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
https://serpro.gov.br/assinador-digital
Serpro

Rayssa Aparecida do Amaral Gonçalves
RG: MG 16.12.854
CPF: 104.074.326-98

CONFERE COM ORIGINAL

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE VAGA PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD)

Declaramos, para os devidos fins, que a **RAYSSA AMARAL PRODUÇÕES LTDA**, nome fantasia **TERRA DE RUDÁ PRODUÇÕES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **51.562.529/0001-30**, com sede à **Rua São Miguel Arcanjo, nº 314, casa A, bairro Água Limpa, na cidade de Ouro Preto**, CEP **35.404-340**, Estado de Minas Gerais, **reserva vaga destinada a Pessoa com Deficiência (PCD)**, em conformidade com a legislação vigente, garantindo igualdade de oportunidades, acessibilidade e inclusão no âmbito de suas atividades e contratações.

A presente declaração é firmada por meio de sua representante legal, **Srta. RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONÇALVES**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº **104.074.326-8** e portadora da Carteira de Identidade nº **MG 16.127-854**, que atesta a veracidade das informações aqui prestadas.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Ouro Preto/MG, 12 de janeiro de 2026

ASSINADO DIGITALMENTE
RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
https://serpro.gov.br/assinador-digital
Serpro

RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONÇALVES

CONFERE COM ORIGINAL

DECLARAÇÃO DE TRABALHO FREELANCER MUSICAL

A **RAYSSA AMARAL PRODUÇÕES LTDA**, nome fantasia **TERRA DE RUDÁ PRODUÇÕES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **51.562.529/0001-30**, neste ato representada por sua responsável legal **RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONÇALVES**, inscrita no CPF nº **104.074.326-8**, com sede à **Rua São Miguel Arcanjo, nº 314, casa A, bairro Água Limpa, na cidade de Ouro Preto**, CEP **35.404-340**, Estado de Minas Gerais, na qualidade de empresa representante do **GRUPO CANDONGUÊRO**,

DECLARA, para os devidos fins, especialmente para apresentação perante Prefeituras Municipais e demais órgãos públicos, que:

- O **GRUPO CANDONGUÊRO** possui **01 (um)** músico principal, que detém contrato de exclusividade e representatividade com a empresa.
- Para a realização de determinados shows e apresentações, a empresa realiza contratações adicionais de músicos e técnicos na condição de **FREELANCERS**, sem vínculo empregatício permanente, atuando em regime de diária, de acordo com a necessidade específica de cada evento.

Os profissionais contratados como freelancers não integram o quadro de músicos exclusivos do grupo, tendo sua participação limitada ao evento para o qual forem convocados.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Ouro Preto/MG, 12 de janeiro de 2026

ASSINADO DIGITALMENTE
RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: https://serpro.gov.br/assinador-digital
Serpro

RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONÇALVES

CONFERE COM ORIGINAL

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2500628837

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		046	1	TRANSFORMACAO
		315	1	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
		021	1	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

OURO PRETO
Local

12 AGOSTO 2025
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____
Data

_____ Vogal
_____ Vogal
_____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216854119 em 14/08/2025 da Empresa RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA, Nire 31216854119 e protocolo 255271174 - 12/08/2025. Efeitos do registro: 12/08/2025. Autenticação: 8AF550FF19F6F13BAF3EA4A9BF7E5A96EFEB72B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/527.117-4 e o código de segurança fRCd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/08/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

033

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/527.117-4	MGP2500628837	12/08/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
104.074.326-98	RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216854119 em 14/08/2025 da Empresa RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA, Nire 31216854119 e protocolo 255271174 - 12/08/2025. Efeitos do registro: 12/08/2025. Autenticação: 8AF550FF19F6F13BAF3EA4A9BF7E5A96EFEB72B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/527.117-4 e o código de segurança fRCd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/08/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

CONTRATO SOCIAL
POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

RAYSSA AMARAL PRODUÇÕES LTDA
CNPJ: 51.562.529/0001-30

RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES, nacionalidade brasileira, nascida em 09/10/1992 em Ouro Preto/MG, solteira, Gestora Cultural e Empresária, CPF nº 104.074.326-98, carteira de identidade nº 16127854, órgão expedidor SSP/MG, residente e domiciliado (a) no (a) Rua São Miguel Arcanjo, nº 314 casa A - bairro Água Limpa na cidade de Ouro Preto/MG - CEP: 35404-340, Brasil, Inscrita na Junta Comercial de Minas Gerais sob NIRE 31830239176, sob nome empresarial "**51.562.529 RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES**" e no CNPJ sob nº 51.562.529/0001-30, com sede na Rua São Miguel Arcanjo, nº 314 casa A - bairro Água Limpa na cidade de Ouro Preto/MG - CEP: 35404-340, Brasil, fazendo uso do que permite o § 3º do art. 968 da Lei nº 10.406/2002, com a redação alterada pelo art. 10 da Lei Complementar nº 128/08, ora transforma seu registro de EMPRESÁRIO em SOCIEDADE EMPRESÁRIA passando a constituir o tipo jurídico SOCIEDADE LIMITADA, a qual se regerá, doravante, pelo presente CONTRATO SOCIAL ao qual se obrigam mutuamente todos os sócios.

DO NOME EMPRESARIAL E CNPJ

Cláusula Primeira - A sociedade girará sob o nome empresarial "RAYSSA AMARAL PRODUÇÕES LTDA", e nome fantasia " TERRA DE RUDÁ PRODUÇÕES", inscrita no CNPJ sob o nº 51.562.529/0001-30.

DO CAPITAL

Cláusula Segunda - O capital social da sociedade será de R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente e integralizadas, em moeda corrente do país. Distribuindo-se da seguinte forma:

SÓCIO	QTDE. DE QUOTAS	VALOR TOTAL
RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES	10.000	R$ 10.000,00
	10.000	R$ 10.000,00

Parágrafo Único – A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, e responde solidariamente pela integralização do capital social (art. 1052 – CC/2002).

DA SEDE

Cláusula Terceira - A sociedade terá sua sede e domicilio no seguinte endereço: Rua São Miguel Arcanjo, nº 314 casa A - bairro Água Limpa na cidade de Ouro Preto/MG - CEP: 35404-340, Brasil.

DO OBJETO SOCIAL

Cláusula Quarta - A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS, PRODUÇÃO MUSICAL, ENSINO DE ARTE E CULTURA, OUTRAS ATIVIDADES DE RECREAÇÃO E LAZER, PRODUÇÃO TEATRAL, OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, PROMOÇÃO DE VENDAS, OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE, ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS, EXCETO AÉREA E SUBMARINA, PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, EDIÇÃO DE LIVROS, ARTES CÊNICAS, ESPETÁCULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES, OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO, EDIÇÃO DE

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216854119 em 14/08/2025 da Empresa RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA, Nire 31216854119 e protocolo 255271174 - 12/08/2025. Efeitos do registro: 12/08/2025. Autenticação: 8AF550FF19F6F13BAF3EA4A9BF7E5A96EFEB72B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/527.117-4 e o código de segurança fRCd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/08/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
CONFERE COM ORIGINAL
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

CADASTROS, LISTAS E OUTROS PRODUTOS GRÁFICOS.
Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será (ão) exercida (s) a (s) atividade (s) de: SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS, PRODUÇÃO MUSICAL, ENSINO DE ARTE E CULTURA, OUTRAS ATIVIDADES DE RECREAÇÃO E LAZER, PRODUÇÃO TEATRAL, OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, PROMOÇÃO DE VENDAS, OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE, ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS, EXCETO AÉREA E SUBMARINA, PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, EDIÇÃO DE LIVROS, ARTES CÊNICAS, ESPETÁCULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES, OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO, EDIÇÃO DE CADASTROS, LISTAS E OUTROS PRODUTOS GRÁFICOS.

ABERTURA DE FILIAIS

Cláusula Quinta - A sociedade poderá, quando servir aos seus interesses, abrir filiais, agências ou escritórios, destacando para estas, uma parte do capital social da matriz.

PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula Sexta - A sociedade iniciou suas atividades em 26/07/2023, e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sétima - A administração da sociedade será exercida pelo (s) sócio (s) administrador (es) **RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES,** respondendo pela empresa, judicial e extrajudicialmente, em juízo ou fora dele, em conjunto ou individual, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

IMPEDIMENTO DE USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

Cláusula Oitava - É vedado ao (s) sócio (s) administrador (es) usarem o nome da sociedade em negócios estranhos aos interesses sociais, como fianças, avais e endossos, ou assumirem obrigações seja em favor de qualquer quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, respondendo pessoalmente o infrator pelos danos causados.

PRO-LABORE

Cláusula Nona - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Cláusula Décima - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas no todo ou em parte a terceiros.

FALECIMENTO DE SÓCIO

Cláusula Décima Primeira- Em caso de morte do sócio, a sociedade será dissolvida.

EXERCÍCIO SOCIAL

Cláusula Décima Segunda - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, e será efetuada a apuração dos resultados com observância das disposições legais aplicáveis.

§ 1° – A sociedade poderá, no curso do exercício, distribuir lucros, por conta do mesmo período, mediante levantamento de balanços intermediários, para esse fim.

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216854119 em 14/08/2025 da Empresa RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA, Nire 31216854119 e protocolo 255271174 - 12/08/2025. Efeitos do registro: 12/08/2025. Autenticação: 8AF550FF19F6F13BAF3EA4A9BF7E5A96EFEB72B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/527.117-4 e o código de segurança fRCd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/08/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

§ 2º – Os lucros ou prejuízos apurados pela sociedade serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas respectivas participações no capital social ou através de acordo firmado entre os mesmos, distintamente de suas respectivas participações no capital social.

ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Décima Terceira - Este contrato social só será alterado com a assinatura do sócio. E a sociedade só será dissolvida nos casos enunciados em lei por decisão do sócio quotista.

Parágrafo Primeiro - Dissolvida a sociedade, será procedida a liquidação do ativo social, obedecidos os princípios legais substantivos e processuais vigentes, cabendo o cargo de liquidante ao diretor. Não havendo consenso, caberá ao Poder Judiciário nomear liquidante estranho.

NORMAS CONTRATUAIS OMISSAS

Cláusula Décima Quarta - Sobre os casos não regulados neste contrato, deverão ser aplicadas as disposições legais constantes da Lei 10.406, de 10/01/2002.

FORO

Cláusula Décima Quinta - Fica eleito o foro central desta cidade para solucionar qualquer discórdia em relação a esta sociedade.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Cláusula Décima Sexta - O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DO ENQUADRAMENTO

Cláusula Décima Sétima – O sócio declara que a atividade se enquadra em Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

E por estar justo e contratado, assina o presente contrato, que será encaminhado para arquivamento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Ouro Preto, 12 de agosto de 2025.

Assina digitalmente o presente Ato:

RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES
Sócia administradora

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216854119 em 14/08/2025 da Empresa RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA, Nire 31216854119 e protocolo 255271174 - 12/08/2025. Efeitos do registro: 12/08/2025. Autenticação: 8AF550FF19F6F13BAF3EA4A9BF7E5A96EFEB72B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/527.117-4 e o código de segurança fRCd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/08/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/527.117-4	MGP2500628837	12/08/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
104.074.326-98	RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216854119 em 14/08/2025 da Empresa RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA, Nire 31216854119 e protocolo 255271174 - 12/08/2025. Efeitos do registro: 12/08/2025. Autenticação: 8AF550FF19F6F13BAF3EA4A9BF7E5A96EFEB72B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/527.117-4 e o código de segurança fRCd. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/08/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA, de NIRE 3121685411-9 e protocolado sob o número 25/527.117-4 em 12/08/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31216854119, em 14/08/2025. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Carla Campos Carvalho.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
104.074.326-98	RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
104.074.326-98	RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES

Belo Horizonte. quinta-feira, 14 de agosto de 2025

Documento assinado eletrônicamente por Carla Campos Carvalho, Servidor(a) Público(a), em 14/08/2025, às 10:40 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 25/527.117-4.

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216854119 em 14/08/2025 da Empresa RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA, Nire 31216854119 e protocolo 255271174 - 12/08/2025. Efeitos do registro: 12/08/2025. Autenticação: 8AF550FF19F6F13BAF3EA4A9BF7E5A96EFEB72B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/527.117-4 e o código de segurança fRCd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/08/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e chancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. quinta-feira, 14 de agosto de 2025

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216854119 em 14/08/2025 da Empresa RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA, Nire 31216854119 e protocolo 255271174 - 12/08/2025. Efeitos do registro: 12/08/2025. Autenticação: 8AF550FF19F6F13BAF3EA4A9BF7E5A96EFEB72B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/527.117-4 e o código de segurança fRCd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/08/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

PREFEITURA OURO PRETO MG BRASIL

DISPENSA DE ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Nº: MGP2500628837

A Prefeitura Municipal de Ouro Preto, mediante avaliação da empresa **51.562.529 RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES**, inscrita no CNPJ sob o nº **51.562.529/0001-30**, estabelecida na **RUA SAO MIGUEL ARCANJO, 314, CASA A - AGUA LIMPA**, neste município. Declara que as seguintes atividades econômicas exercidas pela empresa supramencionada:

- **82300-01/00 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas**
- **85996-99/00 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente**
- **58191-00/00 - Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos**
- **90019-02/00 - Produção musical**
- **85929-99/00 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente**
- **93298-99/00 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente**
- **90019-01/00 - Produção teatral**
- **63992-00/00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente**
- **73190-02/00 - Promoção de vendas**
- **73190-99/00 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente**
- **74200-01/00 - Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina**
- **93191-01/00 - Produção e promoção de eventos esportivos**
- **82199-99/00 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente**
- **58115-00/00 - Edição de livros**
- **90019-99/00 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente**

estão classificadas com potencial Risco I ou Baixo Risco na melhor forma definida, sendo dispensada do **Alvará de Localização e Funcionamento.**

QRcode para verificação de autenticidade

CONFERE COM ORIGINAL

QUASAR TECNOLOGIA E CONTEÚDO

PREFEITURA OURO PRETO MG BRASIL

A dispensa do Alvará de Localização e Funcionamento não dispensa nem substitui os procedimentos relacionados ao licenciamento e autorizações de construção nem aqueles afetos à regularização edilícia, bem como a observância e cumprimento:
a) das relações jurídicas que se encontrem no seu âmbito de aplicação e na ordenação pública;
b) do exercício do controle do uso e da ocupação do solo;
c) das normas ambientais, de segurança, sanitárias, mobilidade, urbanismo e de posturas aplicáveis;
d) das exigências aplicáveis para obtenção de permissões e autorizações exigidas na fase de construção do estabelecimento que receberá estas atividades;
e) do recolhimento das taxas e demais tributos previstos na legislação vigente;
f) das demais licenças e/ou autorizações aplicáveis no exercício da atividade nos 03 (três)

OBS: Caso a empresa ainda venha requerer o Alvará de Localização e Funcionamento, a mesma deverá proceder de acordo com as exigências fiscais e as disposições previstas em lei.

A presente Declaração tem validade por tempo indeterminado, mediante a manutenção da situação declarada.

Data de emissão: 18/08/2025

QRcode para verificação de autenticidade

CONFERE COM ORIGINAL

QUASAR TECNOLOGIA E CONTROLE

042

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
51.562.529/0001-30 MATRIZ		26/07/2023

NOME EMPRESARIAL
RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
TERRA DE RUDA PRODUCOES	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
58.11-5-00 - Edição de livros
58.19-1-00 - Edição de cadastros, listas e de outros produtos gráficos
63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
73.19-0-02 - Promoção de vendas
73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente
74.20-0-01 - Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
85.92-9-99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
90.01-9-01 - Produção teatral
90.01-9-02 - Produção musical
90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente
93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos
93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SAO MIGUEL ARCANJO	314	CASA A

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
35.404-340	AGUA LIMPA	OURO PRETO	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
TERRADERUDAPRODUCOES@GMAIL.COM	(22) 9961-3008

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	26/07/2023

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **17/11/2025** às **10:08:42** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

CONFERE COM ORIGINAL

Rayssa Amaral Produções Ltda

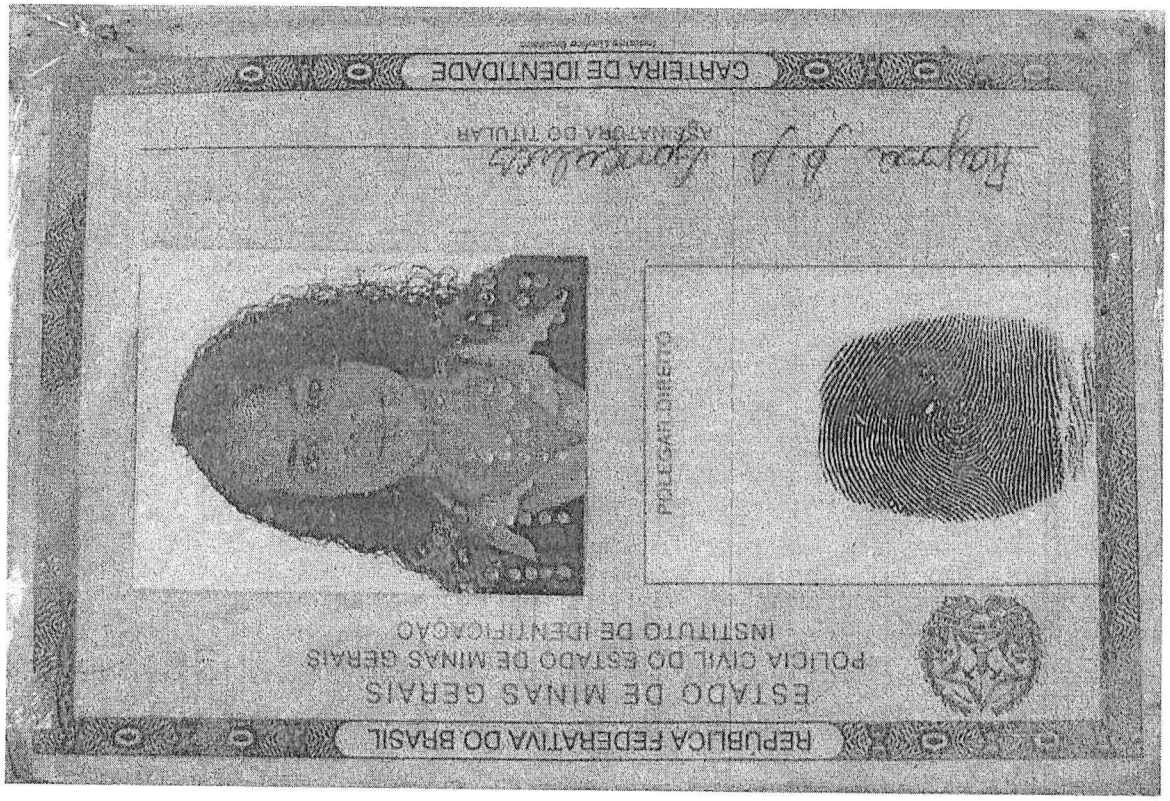
Banco do Brasil

Agência: 0473-1

Conta Corrente: 64890-6

Pix: terraderudaproducoes@gmail.com

CONFERE COM ORIGINAL


CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

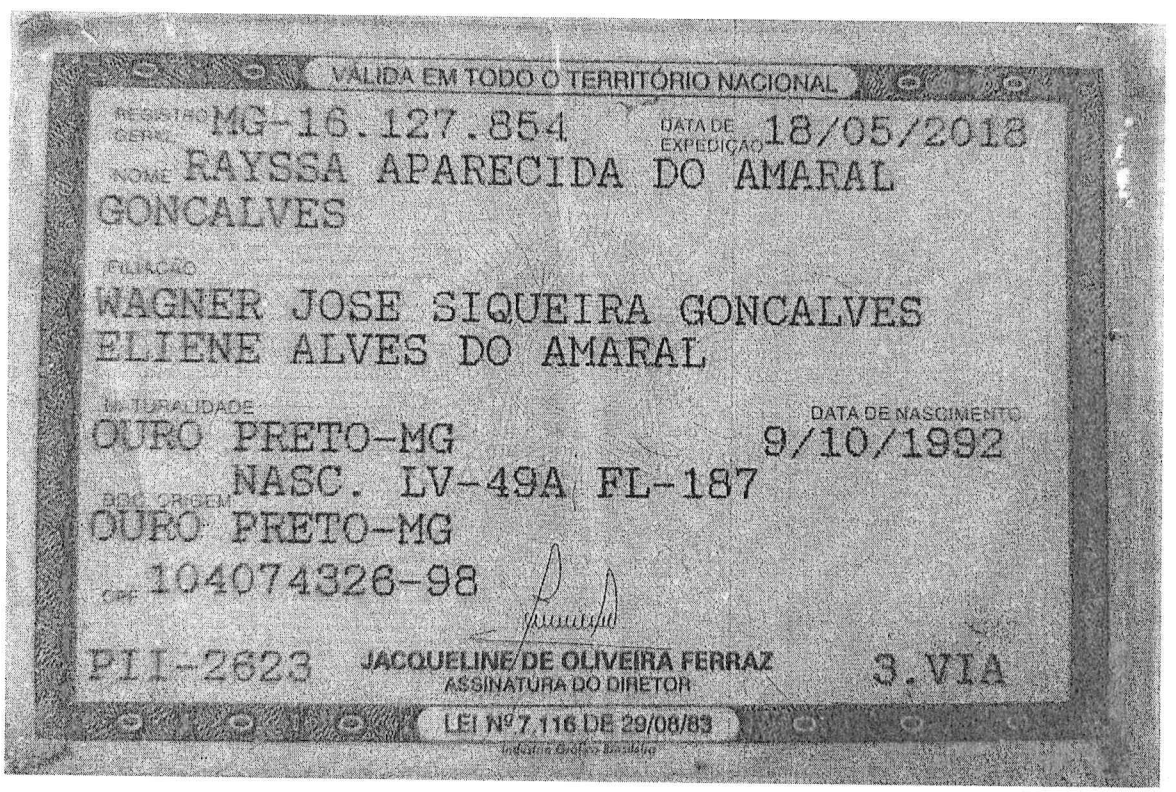
POLEGAR DIREITO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO


VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-16.127.854

DATA DE EXPEDIÇÃO 18/05/2018

NOME RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES

FILIAÇÃO

WAGNER JOSE SIQUEIRA GONCALVES

ELIENE ALVES DO AMARAL

NATURALIDADE

OURO PRETO-MG

DATA DE NASCIMENTO 9/10/1992

NASC. LV-49A FL-187

DOC. ORIGEM

OURO PRETO-MG

CPF 104074326-98

PII-2623

JACQUELINE DE OLIVEIRA FERRAZ

ASSINATURA DO DIRETOR

3.VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CONFERE COM ORIGINAL

045

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA

Identificação do Contribuinte:

RAZÃO SOCIAL: RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA

CNPJ: 51.562.529/0001-30

Endereço: R SAO MIGUEL ARCANJO, 314 CASA A AGUA LIMPA - OURO PRETO - MG CEP: 35.404-340

A Fazenda Pública Municipal, atendendo à solicitação da parte interessada, CERTIFICA que, revendo seus arquivos e apontamentos até a presente data, NÃO FORAM ENCONTRADOS débitos cuja responsabilidade tributária e/ou fiscal é vinculada ao contribuinte acima.

Ressalva-se à Fazenda Pública o direito de constituir novos créditos incidentes sobre o contribuinte acima identificado e que, porventura, venham a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão, ressalvando-se mais o direito de consolidar a este, os débitos porventura vinculados a outros contribuintes em decorrência da não atualização dos dados cadastrais.

Esta certidão não comprova a ausência de déditos relativos à Dívida Ativa da Tarifa Básica de OperacionalizaçÃo, também conhecida como "TBO do SEMAE".

Por ser verdade, firma a presente CERTIDÃO para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Emitida em: 17/11/2025 10:36:16
Válida até o dia: 16/05/2026

CONFERE COM ORIGINAL

Código de controle da certidão: 4047F1A4C780CE47ECA6

046

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

CONFERE COM ORIGINAL

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

017

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa	CERTIDÃO EMITIDA EM: 17/11/2025 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 15/02/2026

NOME/NOME EMPRESARIAL: RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004674271.00-80	CNPJ/CPF: 51.562.529/0001-30	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: RUA SAO MIGUEL ARCANJO		NÚMERO: 314
COMPLEMENTO: CASA A,	BAIRRO: AGUA LIMPA	CEP: 35404340
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: OURO PRETO	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000936785185

CONFERE COM ORIGINAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA
CNPJ: 51.562.529/0001-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:14:56 do dia 17/11/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 16/05/2026.
Código de controle da certidão: **4287.D404.10A2.22D9**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CONFERE COM ORIGINAL

049

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 51.562.529/0001-30
Certidão nº: 70208840/2025
Expedição: 17/11/2025, às 10:16:26
Validade: 16/05/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **51.562.529/0001-30, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CONFERE COM ORIGINAL

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

OURO PRETO

050

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: RAYSSA AMARAL PRODUÇÕES LTDA
CNPJ: 51.562.529/0001-30

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judicias em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 17 de Novembro de 2025 às 10:28

OURO PRETO, 17 de Novembro de 2025 às 10:28

Código de Autenticação: 2511-1710-2857-0598-5889

CONFERE COM ORIGINAL

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

051

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 51.562.529/0001-30
Razão Social: RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA
Endereço: R SAO MIGUEL ARCANJO 314 CASA A / AGUA LIMPA / OURO PRETO / MG / 35404-340

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:29/12/2025 a 27/01/2026

Certificação Número: 2025122906326409538578

Informação obtida em 12/01/2026 08:44:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CONFERE COM ORIGINAL

052

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA**

CPF/CNPJ: **51.562.529/0001-30**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 10:48:14 do dia 17/11/2025 , com validade até o dia 17/12/2025.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: fQKzURbMUG48KeuWKxA4

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CONFERE COM ORIGINAL

053

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (17/11/2025 às 10:56) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 51.562.529/0001-30.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 691B.2998.49AC.2800 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

CONFERE COM ORIGINAL

Saneouro
GS INIMA • MIP

CNPJ/MF 35.198.517/0001-11
Avenida JUSCELINO KUBITSCHEK, 717 Loja 3 VILA ITACOLOMY - OURO PRETO (MG) CEP 35402-179

Vencimento	Valor a Pagar (R$)
20/10/2025	47,50
Matrícula	**Grupo**
45228-9	**5**

Atendimento SANEOURO
Telefone: (11) 95020-6424 - Plantão: 0800-002-1741

RAYSSA APARECIDA AMARAL GONCALVES
R. SAO MIGUEL ARCANJO, 314 A
AGUA LIMPA
OURO PRETO - MG CEP: 35404-340

CADASTRO DO CLIENTE						
RES	RES SOC	COM	PÚB	IND	IND ESP	TOTAL
001	000	000	000	000	000	001

Número de Localização
01.01.0511.0011.2681.0001

FATURA N.º 1932342 **HIDRÔMETRO N.º Y21S282387**
SEQUENCIAL FATURA: 452289102025001
DATA EMISSÃO: 11/11/2025 18:20

Identificação Bancária:
Agência/Conta Corrente:

DADOS DE FATURAMENTO

Mês/Ano Faturamento: 10/2025

	Data	Leitura
Leitura Atual:	10/10/2025	329
Leitura Anterior:	10/09/2025	322

Consumo Lido: 7
Consumo Faturado: 7
Consumo Diário: 0,2333
Dias de Consumo: 30
Ocorrência do Mês: Lido

TABELA TARIFÁRIA

Residencial			Comercial		
Faixas (m³)	Valores (R$)	E (R$)	Faixas (m³)	Valores (R$)	E (R$)
0 - 10	17,8900	6,7481			
11 - 15	4,9090	1,8522			
16 - 20	10,6410	4,0031			
21 - 40	12,2105	4,5447			
MAIOR 40	19,6205	7,3420			
Pública			**Industrial**		
Faixas (m³)	Valores (R$)	E (R$)	Faixas (m³)	Valores (R$)	E (R$)

HISTÓRICO DE CONSUMO

Mês/Ano	Tipo	Leitura	Lido	Faturado
04/2025	Lido	283	10	10
05/2025	Lido	293	10	10
06/2025	Lido	303	10	10
07/2025	Lido	308	5	5
08/2025	Lido	316	8	8
09/2025	Lido	322	6	6

FATURAS PENDENTES

Mês/Ano	Data de Vencimento	Valor(R$)
09/2025	18/09/2025	46,55

VALOR TOTAL PENDENTE R$ 46,55

DESCRIÇÃO DOS ITENS FATURADOS

		Valor (R$)
FATURAMENTO AGUA - 12,52		
> Residencial	7 m3	12,52
FATURAMENTO ESGOTO - 4,72		
> Residencial		4,72
TAR. DISPONIBILIDADE ÁGUA (10/2025)		21,97
TAR. DISPONIBILIDADE ESGOTO (10/2025)		8,29

TOTAL A PAGAR **47,50**

MENSAGEM

CARACTERÍSTICA FÍSICA E QUÍMICA DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (Portaria GM/MS Nº888, de 4 de maio de 2021)

PARÂMETROS	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DESCONFORMIDADE	MÉDIA/MÊS	VALOR PERMITIDO
Turbidez	75	73	2	0,71	<= 5,0 UT
Cor	75	74	1	1,34	<= 15 uH
pH	75	65	10	6,76	-
Cloro	75	75	0	1,20	0,2-5,0 mg/l

CARACTERÍSTICA MICROBIOLÓGICA DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (Portaria GM/MS Nº888, de 4 de maio de 2021)

PARÂMETROS	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DESCONFORMIDADE	MÉDIA/MÊS	VALOR PERMITIDO
Coliformes Totais	75	75	0	100	95% Ausente
Escherichia Coli	75	75	0	100	0

PARA ESCLARECER QUALQUER DÚVIDA ACESSE O NOSSO SITE

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA REAVISO VENCIMENTO

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA FATURA DO MÊS

CONFERE COM ORIGINAL

Saneouro

FATURA DO MÊS MATRÍCULA: 45228-9
FATURA: 10/2025 Nº 1932342 VENCIMENTO: 20/10/2025
NOME: RAYSSA APARECIDA AMARAL GONCALVES

VALOR (R$): 47,50
AUTENTICAÇÃO NO VERSO

82630000000-5 47501658000-7 00000001004-1 52282510000-4

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Nota Fiscal Eletrônica de Serviços

7/NFe

055

Número / Série	7 / NFe	**Emissão**	04/11/2025 10:33:58	**Incidência**	Ouro Preto (MG)	**ISS a reter**	Não
Prest. do Serviço	27/10/2025	**Código de verificação**	1L84.LB7R.CR27.MP6D	**Exigibilidade**	Exigível	**RPS**	

Prestador de Serviços

Nome/Razão Social: RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA
CPF / CNPJ: 51.562.529/0001-30 **Reg.:** Simples
Endereço: R. São Miguel Arcanjo, 314 A - Bairro: AGUA LIMPA - Cep: 35404340
Telefone: 2299613008 **Município:** Ouro Preto - MG **País:** Brasil
Insc. Mun.: 251864 **Cod. Mob.:** 251864 **Insc. Est.:**
Email:
Nome Fant.: TERRA DE RUDA PRODUCOES

Tomador de Serviços

Nome/Razão Social: SHETH ENTRETERIMENTO, PRODUCOES E LOCACOES LTDA
CPF / CNPJ: 23.543.318/0001-14 **Reg.:**
Endereço: Av. HERACLITO MOURAO DE MIRANDA, 1480 LOJA11 - Bairro: Castelo - Cep: 31330-142
Telefone: **Município:** Belo Horizonte - MG **País:** Brasil
Insc. Mun.: **Insc. Est.:**
Email:

Código do Serviço/Atividade

12.12 - Execução de música (2,01 %)

CTISS: 1212-0/01-88 - EXECUCAO DE MUSICA, INDIVIDUALMENTE OU POR CONJUNTO.

* ISS - Correspondente aos itens de serviço do código tributário municipal ou a LC 116/2003

Discriminação dos Serviços

Descrição	Unitário	Qtd.	Total
Shows Candonguero - Ouro Preto	R$ 24.600,00	1,00	R$ 24.600,00

Tributos Federais

PIS	INSS	CSLL	IRRF	COFINS
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento de Valores

Valor Total da Nota(R$)	ISS(R$)	Desconto Condicional(R$)	Base de Cálculo(R$)	Alíquota (%)
24.600,00	494,46	0,00	24.600,00	2,01 %

Outras Retenções(R$)		
0,00	**Valor Líquido:**	**R$ 24.600,00**

DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL.

ESTA NOTA FISCAL NÃO ACOBERTA O TRANSITO DE MERCADORIAS. Gerado por:RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA

Recebi(emos) de **RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA**, os serviços constantes da nota fiscal Nº 7, série NFe, conforme verificável pelo endereço eletrônico:
https://www.nfe-cidades.com.br e informe o código de verificação desta nota.

Data: / / Assinatura:

CONFERE COM ORIGINAL

NFSe Nota Fiscal de Serviço eletrônica

DANFSe v1.0
Documento Auxiliar da NFS-e

Chave de Acesso da NFS-e
31461072251562529000130000000000003825053377849823

Número da NFS-e 38	**Competência da NFS-e** 15/05/2025	**Data e Hora da emissão da NFS-e** 15/05/2025 16:05:47	
Número da DPS 51	**Série da DPS** 900	**Data e Hora da emissão da DPS** 15/05/2025 16:05:46	

A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

05

EMITENTE DA NFS-e
Prestador do Serviço

CNPJ / CPF / NIF 51.562.529/0001-30	**Inscrição Municipal** -	**Telefone** (22) 9961-3008	
Nome / Nome Empresarial 51.562.529 RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES		**E-mail** TERRADERUDAPRODUCOES@GMAIL.COM	
Endereço SAO MIGUEL ARCANJO, 314, AGUA LIMPA		**Município** Ouro Preto - MG	**CEP** 35404-340
Simples Nacional na Data de Competência Optante - Microempreendedor Individual (MEI)		**Regime de Apuração Tributária pelo SN** -	

TOMADOR DO SERVIÇO

CNPJ / CPF / NIF 23.515.687/0001-01	**Inscrição Municipal** -	**Telefone** -	
Nome / Nome Empresarial MUNICIPIO DE PIRANGA		**E-mail** -	
Endereço Rua Vereadora Maria Anselmo, 119, Centro		**Município** Piranga - MG	**CEP** 36480-000

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO

Código de Tributação Nacional 12.01 - Execução de música.	**Código de Tributação Municipal** -	**Local da Prestação** Piranga - MG	**País da Prestação** -

Descrição do Serviço
APRESENTAÇÃO ARTISTICA - CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL DO ARTISTA "CANDONGUERO" PARA O EVENTO "FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DAS VILLAS - 5ª EDIÇÃO", NO DIA 09 DE MAIO DE 2025 COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 80MIN, ATRAVÉS DA EMPRESA 51.562.529 RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONÇALVES, CNPJ: 51.562.529/0001-30.
Processo Nº: 0092 / 2025 Contrato N°: 0124 / 2025

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Tributação do ISSQN Operação Tributável	**País Resultado da Prestação do Serviço** -	**Município de Incidência do ISSQN** Piranga - MG	**Regime Especial de Tributação** Nenhum
Tipo de Imunidade -	**Suspensão da Exigibilidade do ISSQN** Não	**Número Processo Suspensão** -	**Benefício Municipal** -
Valor do Serviço R$ 15.000,00	**Desconto Incondicionado** -	**Total Deduções/Reduções** -	**Cálculo do BM** -
BC ISSQN -	**Alíquota Aplicada** -	**Retenção do ISSQN** Não Retido	**ISSQN Apurado** -

TRIBUTAÇÃO FEDERAL

IRRF -	**CP** -	**CSLL** -	
PIS -	**COFINS** -	**Retenção do PIS/COFINS** -	**TOTAL TRIBUTAÇÃO FEDERAL** -

VALOR TOTAL DA NFS-E

Valor do Serviço 15.000,00	**Desconto Condicionado** R$	**Desconto Incondicionado** R$	**ISSQN Retido** -
IRRF, CP,CSLL - Retidos R$ 0,00	**PIS/COFINS Retidos** -		**Valor Líquido da NFS-e** **R$ 15.000,00**

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais	Estaduais	Municipais
-	-	-

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NBS: 125022000 | **Cod Evt:** Festival Sabores das Villas

CONFERE COM ORIGINAL

NFSe Nota Fiscal de Serviço eletrônica

DANFSe v1.0
Documento Auxiliar da NFS-e

057

Chave de Acesso da NFS-e
31461072251562529000130000000000043250859524923 72

Número da NFS-e
43

Competência da NFS-e
01/08/2025

Data e Hora da emissão da NFS-e
01/08/2025 08:27:15

Número da DPS
56

Série da DPS
900

Data e Hora da emissão da DPS
01/08/2025 08:27:15

A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

EMITENTE DA NFS-e
Prestador do Serviço

CNPJ / CPF / NIF
51.562.529/0001-30

Inscrição Municipal
-

Telefone
(22) 9961-3008

Nome / Nome Empresarial
51.562.529 RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES

E-mail
TERRADERUDAPRODUCOES@GMAIL.COM

Endereço
SAO MIGUEL ARCANJO, 314, AGUA LIMPA

Município
Ouro Preto - MG

CEP
35404-340

Simples Nacional na Data de Competência
Optante - Microempreendedor Individual (MEI)

Regime de Apuração Tributária pelo SN
-

TOMADOR DO SERVIÇO

CNPJ / CPF / NIF
16.752.446/0001-02

Inscrição Municipal
-

Telefone
-

Nome / Nome Empresarial
MUNICIPIO DE CONGONHAS

E-mail
-

Endereço
PRESIDENTE KUBITSCHEK, 135, CENTRO

Município
Congonhas - MG

CEP
36410-064

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO

Código de Tributação Nacional
12.07.01 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concerto...

Código de Tributação Municipal
-

Local da Prestação
Congonhas - MG

País da Prestação
-

Descrição do Serviço
Apresentação musical da Banda Candoguero no XXX Festival de Inverno de Congonhas 2025, atendendo a Prefeitura Municipal de Congonhas - MG, junto à Secretaria Municipal de Cultura.

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Tributação do ISSQN
Operação Tributável

País Resultado da Prestação do Serviço
-

Município de Incidência do ISSQN
Congonhas - MG

Regime Especial de Tributação
Nenhum

Tipo de Imunidade
-

Suspensão da Exigibilidade do ISSQN
Não

Número Processo Suspensão
-

Benefício Municipal
-

Valor do Serviço
R$ 11.000,00

Desconto Incondicionado
-

Total Deduções/Reduções
-

Cálculo do BM
-

BC ISSQN
-

Alíquota Aplicada
-

Retenção do ISSQN
Não Retido

ISSQN Apurado
-

TRIBUTAÇÃO FEDERAL

IRRF
-

CP
-

CSLL
-

PIS
-

COFINS
-

Retenção do PIS/COFINS
-

TOTAL TRIBUTAÇÃO FEDERAL
-

VALOR TOTAL DA NFS-E

Valor do Serviço
R$ 11.000,00

Desconto Condicionado
R$

Desconto Incondicionado
R$

ISSQN Retido
-

IRRF, CP,CSLL - Retidos
0,00

PIS/COFINS Retidos
-

Valor Líquido da NFS-e
R$ 11.000,00

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais
-

Estaduais
-

Municipais
-

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NBS: 125022000 | **Cod Evt:** Praça JK - Congonhas - MG

CONFERE COM ORIGINAL

Banda Candonguêro: Uma Jornada Pela Música Popular Brasileira

Ouro Preto, Minas Gerais – A **Banda Candonguêro** é um dos mais importantes expoentes da música e da cultura popular em Minas Gerais. Criado em 2006, o grupo nasceu da necessidade de resgatar e fortalecer a presença da **Música Popular Brasileira** no cenário musical de Ouro Preto, especialmente no carnaval da cidade, que ao longo dos anos passou por mudanças que deixaram de lado a riqueza de seu tradicional cancioneiro.

Ao longo de sua trajetória, o Candonguêro consolidou-se como um **projeto cultural de grande relevância**, expandindo suas atividades para além do carnaval e se tornando referência na valorização da identidade musical brasileira. Com um repertório que une **músicas autorais, releituras de clássicos e homenagens a compositores**, o grupo conquistou palcos e públicos diversos, levando sua sonoridade autêntica a diferentes cidades e eventos pelo país.

Música, Cultura e Tradição

A essência do Candonguêro está na fusão entre **música e performance**, promovendo uma experiência única em cada apresentação. Além dos instrumentos típicos do samba e do frevo – como pandeiro, cuíca, surdo e trompete –, o grupo incorpora **elementos cênicos e visuais**, como figurinos elaborados e bonecos gigantes, que homenageiam figuras emblemáticas das festas populares brasileiras.

Apesar de suas raízes carnavalescas, a banda expandiu seu trabalho para diferentes formatos de apresentação, atuando em **festivais, projetos culturais, eventos universitários, teatros e circuitos de música ao ar livre**, sempre destacando a diversidade dos ritmos brasileiros.

Um Repertório Que Celebra a MPB e os Talentos Locais

A proposta musical do Candonguêro é um verdadeiro **encontro entre gerações da Música Popular Brasileira**. O repertório passeia por grandes nomes como **Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque, João Donato e Lenine**, ao mesmo tempo em que resgata e valoriza os compositores de Ouro Preto, muitos dos quais ajudaram a moldar a identidade musical da cidade.

Entre os artistas homenageados estão **Vandico, Jorge Adílio, Dona Maria Ferreira, Seu Walter das Latinhas, Vicente Gomes e Edmundo Guedes**, este último tendo uma de suas canções gravadas pelo cantor e compositor **Marcelo Camelo**. Essa curadoria cuidadosa garante que cada apresentação do Candonguêro seja uma viagem pela riqueza da MPB, trazendo à tona sonoridades que fazem parte da história e da memória coletiva do público.

Expansão e Novos Caminhos

Com quase duas décadas de história, o Candonguêro ultrapassou as fronteiras de Ouro Preto e passou a dialogar com **diferentes manifestações culturais e festivais pelo Brasil**. A banda tem participado de eventos que vão além do carnaval, incorporando em seu trabalho as particularidades de cada região onde se apresenta, sem perder sua essência de resgate e valorização das tradições.

"O Candonguêro foi criado para rememorar e legitimar a tradição musical de Ouro Preto, mas também para dialogar com outras realidades culturais do Brasil. Hoje, buscamos estabelecer pontes entre essas manifestações, criando um intercâmbio que fortaleça nossa música e nossas raízes", explica o músico e compositor **Chiquinho de Assis**.

O Significado de "Candonguêro"

O nome do grupo tem origem em uma palavra angolana que se denomina o tambor utilizado no Jongo. Com o tempo, o termo passou a significar "leva e traz", um conceito que reflete fielmente a missão do Candonguêro: **transportar memórias, histórias e tradições musicais**, conectando o passado e o presente por meio de suas interpretações e performances.

Shows e Apresentações

Com sua sonoridade marcante e uma performance envolvente, a **Banda Candonguêro** transforma qualquer evento em uma celebração da música e da cultura brasileira. A banda se apresenta em **festivais, projetos culturais, casas de show, circuitos universitários, teatros e eventos ao ar livre**, adaptando-se a diferentes públicos e espaços sem perder sua identidade vibrante.

Contato para Shows e Imprensa: Rayssa Amaral

[terraderudaproducoes@gmail.com / (22)9 9961-3008]

[@CANDONGUERO]

Venha viver a experiência do Candonguêro e embarque nessa viagem sonora repleta de história, tradição e alegria!

061

Conheça a Terra de Rudá

A Terra de Rudá Produções é uma empresa especializada em gestão, produção e comunicação cultural, atuando em todas as etapas de desenvolvimento de projetos. Realiza produção executiva, elaboração e execução de projetos via leis de incentivo, planejamento de eventos, consultorias técnicas, comunicação cultural, gestão de mídias digitais e assessoria de imprensa.

Com forte presença em Minas Gerais, a produtora desenvolve ações voltadas especialmente para a infância e adolescência, promovendo oficinas criativas, espetáculos, shows, rodas de conversa, feiras com empreendedores e iniciativas de incentivo à leitura. Seus projetos dialogam diretamente com o patrimônio cultural e as identidades locais, valorizando práticas, saberes e espaços tradicionais por meio de programações acessíveis realizadas em parceria com instituições públicas, privadas, coletivos e artistas.



Áreas de *atuação*

Concebemos, realizamos e comunicamos projetos culturais que conectam territórios, públicos e experiências.

- Gestão e produção cultural
- Produção executiva de eventos, festivais e programações artísticas
- Consultoria e elaboração de projetos em leis de incentivo
- Gestão técnica e administrativa de projetos culturais
- Comunicação cultural e institucional
- Assessoria de imprensa para projetos culturais
- Gestão de mídias digitais para projetos e eventos

063

Trajetória e Alcance

A Terra de Rudá Produções construiu uma trajetória marcada pela excelência técnica, pela atuação descentralizada e pelo compromisso com a democratização do acesso à cultura em Minas Gerais. Ao longo dos últimos três anos, a empresa realizou 19 projetos culturais em 28 cidades do estado, alcançando um público estimado de cerca de 300 mil pessoas e gerindo aproximadamente R$ 6 milhões em recursos.

Nesse período, a atuação da Terra de Rudá resultou na produção de 182 espetáculos, 105 oficinas criativas e artísticas, 35 rodas de conversa com artistas e escritores, 90 shows, 26 cortejos e desfiles, 45 vivências culturais e 20 ruas de lazer, produções realizadas para 14 clientes. Esses números refletem a capacidade de mobilização da empresa, seu amplo alcance territorial e o compromisso contínuo com ações de formação, circulação e fruição cultural em diferentes territórios mineiros.

Todas as ações desenvolvidas foram gratuitas e acessíveis, promovendo a fruição cultural em contextos urbanos, rurais e históricos.



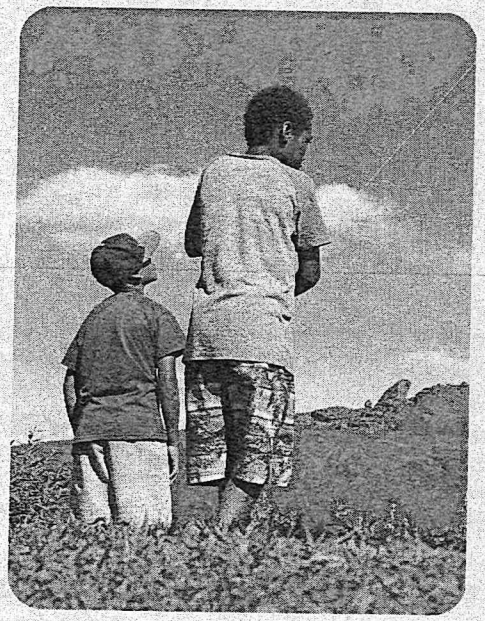


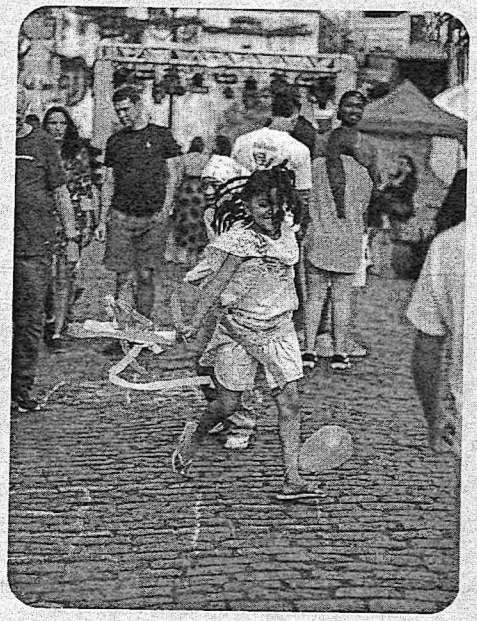




064

Clientes e Parceiros





A Terra de Rudá Produções desenvolve projetos culturais para instituições públicas e privadas, coletivos culturais, artistas e associações, atuando tanto em iniciativas viabilizadas por recursos privados quanto por mecanismos de fomento e políticas públicas, como a Lei Rouanet, a Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais (LEIC/MG) e a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). Ao longo de sua trajetória, a empresa consolidou parcerias com organizações e gestores públicos, contribuindo para a execução qualificada de projetos culturais em diferentes territórios de Minas Gerais.

Entre os clientes e parceiros atendidos estão Planeta Cultura e Sustentabilidade, Instituto Território Criativo, Clube Osquindô, Distrito Criativo Passagem, Ireni Inteligência em Eventos, Natasha Artes, Candonguero, Pulsar Brasil, Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), Associação de Moradores de Glaura, Alter Voci Productions, O Teatro Mágico, Clara Castro, Coletivo Movasse, além das Prefeituras de Ouro Preto, Mariana, Congonhas e Piranga, evidenciando a diversidade institucional e a abrangência das relações estabelecidas pela Terra de Rudá Produções.

Projetos

TERRA DE RUDÁ
PRODUÇÕES

069

Projeto
I Circuito Itinerante FAOP

Coordenação de produção do I Circuito Itinerante FAOP, realizado pela Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), com foco na formação e qualificação cultural em conservação, restauro e gestão de acervos.

O projeto levou cursos gratuitos a 12 municípios — Acaiaca, Barão de Cocais, Barra Longa, Caeté, Conselheiro Lafaiete, Diogo de Vasconcelos, Itabirito, Ouro Branco, Ouro Preto, Piranga, Ponte Nova e São Pedro dos Ferros — ampliando o acesso à capacitação profissional.

Além disso, foram realizadas turmas em 8 distritos de Ouro Preto, aproximando a formação de comunidades locais e fortalecendo a atuação de agentes culturais da região.

















Projeto *Semana da Inconfidência em Conexões*

Coordenação de Produção da Semana da Inconfidência em Conexões, projeto realizado pela Planeta Cultura e Sustentabilidade em parceria com o Governo de Minas Gerais, por meio da LEIC/MG, idealizado pela FAOP e com patrocínio da Cemig.

Nas três edições realizadas entre 2023 e 2025, o evento reuniu mais de 50 mil pessoas em diferentes territórios de Ouro Preto, oferecendo uma programação diversa com shows, espetáculos, oficinas, caminhadas culturais, exposições, cortejos e intervenções artísticas.

Presente no calendário oficial de Minas Gerais, a Semana da Inconfidência em Conexões celebra a memória da Inconfidência Mineira conectando história, arte e contemporaneidade.

Projeto
Lab Conexão

Coordenação de produção do Lab Conexão, projeto realizado pela Planeta Cultura e Sustentabilidade por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, com realização do Ministério da Cultura e Governo Federal, e patrocínio da Vallourec, Rede Mater Dei e Jaguar Mining.

Desenvolvido nas cidades de Belo Horizonte, Betim, Curvelo, Conceição do Pará e Pitangui, o Lab Conexão integrou arte, educação e território, promovendo a realização de espetáculos e o apoio a projetos pedagógicos por meio de oficinas criativas — garantindo que todas as 16 escolas participantes desenvolvessem suas próprias propostas.

Ao todo, o projeto realizou 48 espetáculos, 38 oficinas criativas e 35 encontros em diferentes formatos, como rodas de conversa, bate-papos com autores, encontros de alinhamento e atividades formativas para professores e alunos. A iniciativa apoiou 18 projetos pedagógicos e alcançou mais de 10 mil estudantes e 800 educadores, fortalecendo a produção cultural e a valorização das identidades locais.

















Projeto
Lab Conexão - 2° Edição

Coordenação de produção do Lab Conexão – 2ª edição, projeto realizado pela Planeta Cultura e Sustentabilidade por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, com realização do Ministério da Cultura e Governo Federal e patrocínio da Rima Industrial. Nesta edição, o projeto percorreu os municípios de Bocaiúva, Buritizeiro, Capitão Enéas, Mariana, Grão Mogol, Josenópolis e Pirapora.

A segunda edição aprofundou o caráter territorial do Lab Conexão, ampliando o alcance das ações e fortalecendo redes culturais locais. O projeto integrou formação, diálogo comunitário e articulação entre cultura, educação e políticas públicas, promovendo espetáculos, oficinas e encontros voltados à valorização do patrimônio e ao desenvolvimento cultural.

Ao todo, foram realizados 33 espetáculos, 30 oficinas e 11 encontros estruturados conforme as dinâmicas de cada território, em formatos como rodas de conversa, palestras, workshops e caminhadas culturais.

Projeto
Natal de Luz de Mariana

Coordenação de Produção do Natal de Luz de Mariana 2023 - A alegria ilumina a cidade, evento integrante do calendário natalino do município e voltado ao fortalecimento do turismo cultural. A programação mobilizou artistas locais e regionais, promovendo a ocupação cultural dos espaços da cidade por meio de intervenções artísticas e ações comunitárias ao longo do período festivo.

Realizado pelo Clube Osquindô em parceria com a Prefeitura Municipal de Mariana, o projeto desenvolveu 6 circuitos distribuídos em 28 dias de intensa programação, incluindo shows, cortejos, espetáculos, oficinas, rodas de conversa, exposições, ruas de lazer, vesperata, lançamentos de livros, cinema, visitas a bairros e distritos, além de feiras de artesanato e de empreendedores do Movimento Negro de Mariana.



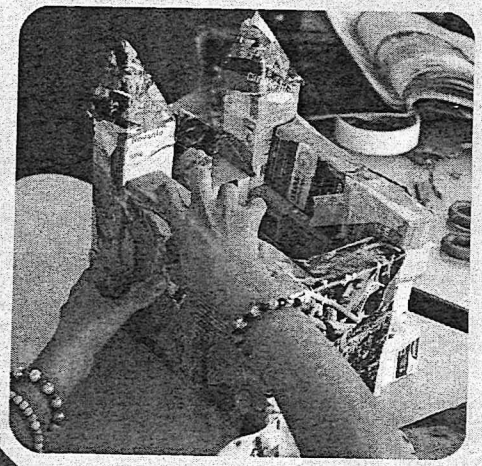














Projeto
Conexões Criativas

Coordenação de produção do Conexões Criativas, projeto realizado pela Planeta Cultura e Sustentabilidade em parceria com o Governo de Minas Gerais, por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais, com patrocínio da Gerdau. A iniciativa atuou nas cidades de Arcos, Betim e Contagem, promovendo processos de criação artística a partir do patrimônio material, imaterial e natural de cada território.

Foram realizados 21 espetáculos e 12 oficinas criativas junto a escolas públicas, associações culturais e entidades sociais, envolvendo pesquisa histórica local como base para a montagem das produções. O projeto alcançou quase 10 mil alunos, ampliando o acesso à arte, estimulando o reconhecimento das identidades locais e fortalecendo a relação entre cultura, educação e comunidade.

Projeto
Encontros na Casa da Ópera

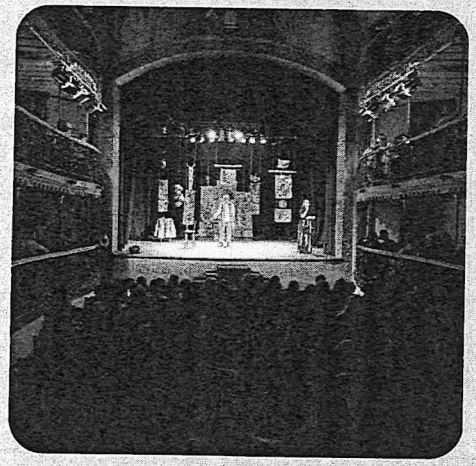
Produção executiva do Projeto Encontros com a Casa da Ópera, realizado pela Planeta Cultura e Sustentabilidade, Ministério da Cultura e Governo Federal por meio da Lei Rouanet, com patrocínio do Grupo Avante.

Desenvolvido na Casa da Ópera — o teatro mais antigo em funcionamento das Américas — o projeto reforçou seu papel como espaço vivo de fruição cultural e formação de público, oferecendo programação gratuita de música, artes cênicas e encontros artísticos.

Entre as ações, destacou-se o espetáculo Delírio com Jonas Bloch, shows de Chico Amaral Quarteto e Pablo Vares, além da Mostra Estação das Histórias, com 8 espetáculos e uma aula-espetáculo realizados em parceria com o programa de educação e patrimônio Ouro Preto, o Meu Lugar, levando 1.200 estudantes e professores da rede municipal aos eventos na Casa da Ópera.

















Projeto
Carnaval de Ouro Preto 2025

Coordenação de produção e gestão das equipes de quatro palcos no centro de Ouro Preto, incluindo produção de shows, logística de desfiles de blocos, escolas de samba, desfile oficial e apuração. O trabalho integrou tradição, diversidade cultural e organização técnica em grande escala.

O Carnaval de Ouro Preto, considerado o maior do interior de Minas Gerais, reafirmou-se como um dos principais eventos turísticos e culturais do estado. A festa recebeu cerca de 60 mil foliões e gerou mais de R$ 55 milhões em movimentação econômica, segundo pesquisa da Secretaria de Cultura e Turismo e da Empresa Júnior de Turismo COMPLETUR.

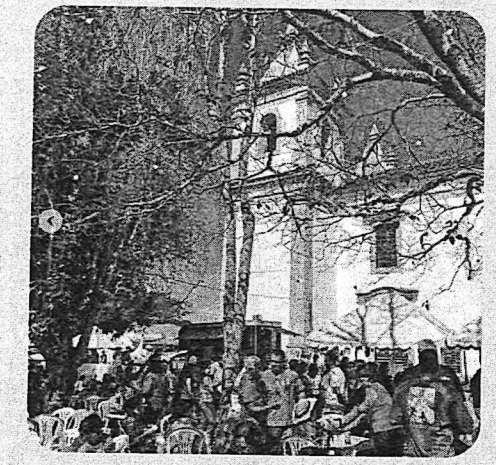
O evento foi realizado pela Prefeitura de Ouro Preto, Secretaria de Cultura e Turismo e Pulsar Brasil, com patrocínio da Cemig

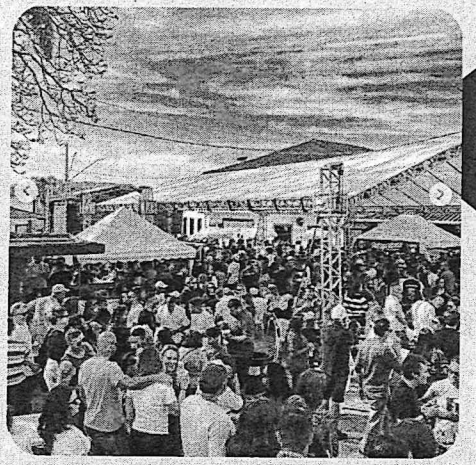
Projeto

Festival Gastronômico de Glaura

Produção local do Festival de Cultura e Gastronomia de Glaura, realizado pela Associação de Moradores de Glaura e pela Associação dos Feirantes e Gastronômicos de Glaura (AFGG), integrando a programação oficial do Festival de Inverno de Ouro Preto. O evento consolidou-se como uma das celebrações culturais mais significativas do distrito, reunindo um público superior a 15 mil pessoas.

Com foco na culinária mineira e na valorização do território, o festival apresentou barracas gastronômicas com pratos tradicionais, doces caseiros, quitandas, cervejarias artesanais locais e produtos da agricultura familiar. A programação contou ainda com a Feira da Matriz, voltada ao artesanato e aos pequenos produtores, além de uma agenda musical vibrante com shows de diferentes estilos, fortalecendo o vínculo entre gastronomia, cultura e identidade comunitária.



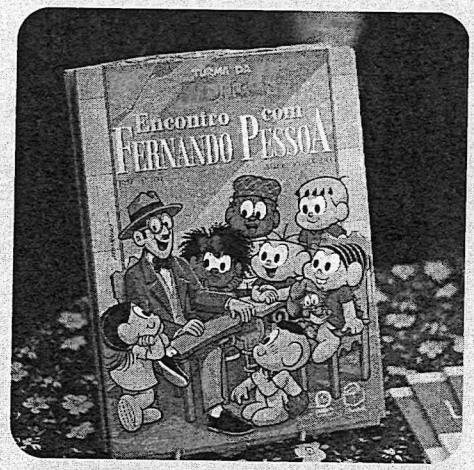






040









Projeto
Fado em Cidades Históricas

Atuação na produção da programação infantojuvenil do festival "Fado em Cidades Históricas", realizado pela Natasha Artes e Planeta Cultura e Sustentabilidade por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, com produção geral da Ireni Inteligência em Eventos em 2024 e 2025.

O festival, realizado nas cidades de Ouro Preto (MG) e Petrópolis (RJ), celebra a cultura lusófona ao unir música, história, poesia e gastronomia, conectando Brasil e Portugal por meio do fado e de manifestações culturais brasileiras.

A programação infantojuvenil ampliou o acesso de crianças e jovens à música e às tradições culturais por meio de atividades educativas e apresentações adaptadas. Teve como destaques o lançamento do livro A Turma da Mônica encontra Fernando Pessoa e a presença do ônibus-biblioteca do projeto Livros nas Praças, além de espetáculos, cortejos, oficinas e a Nau Brincante, com brincadeiras tradicionais.

Projeto
Bonecoteca Quintais da Memória

Coordenação geral e realização do projeto "Bonecoteca: Quintais da Memória", uma ação da Terra de Rudá Produções em parceria com a multiartista Nana, integrada à programação oficial do Festival de Inverno de Ouro Preto 2025. Contemplado pelo Edital 10/2024 de Circulação de Espetáculos da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, o projeto realizou 10 apresentações gratuitas em bairros, distritos e espaços simbólicos do município, ampliando o acesso à arte e fortalecendo a formação de público.

Criado a partir de uma pesquisa sobre o patrimônio material e imaterial de Ouro Preto, o espetáculo "Bonecoteca" transformou narrativas populares, personagens históricos e tradições orais em experiências cênicas com bonecos e storytelling. Com linguagem acessível e foco educativo, a proposta dialoga com a educação patrimonial e reforça a memória coletiva como ferramenta de identidade e pertencimento comunitário.









Projeto

Conexões Criativas
2° Edição

Produção executiva do projeto Conexões Criativas nas cidades de Ouro Preto e Mariana, realizado pela Planeta Cultura e Sustentabilidade, Ministério da Cultura e Governo Federal por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, com apoio do Instituto Território Criativo, Clube Osquindô, Rede Loucos por Leitura, Observatório Jovem e do programa Ouro Preto – O Meu Lugar.

O projeto realizou ações na sede e nos distritos, com espetáculos e atividades em escolas, APAEs, lares de idosos e centros de referência em infância e adolescência, além de programações no Distrito Criativo Passagem de Mariana. A expansão territorial reforçou o diálogo entre cultura, educação patrimonial e criatividade, fortalecendo redes culturais locais e ampliando o acesso à produção artística.

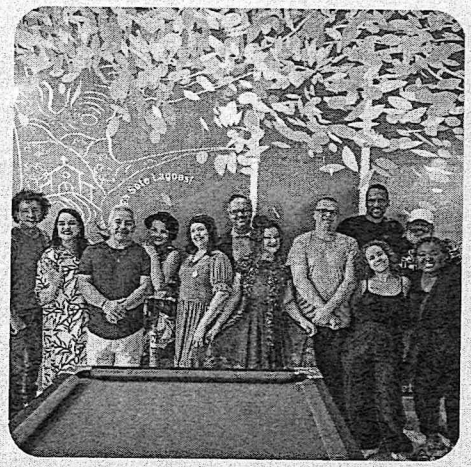
















Projeto
Estação das Histórias

Produção Executiva do projeto Estação das Histórias. O projeto é realizado pela Planeta Cultura e Sustentabilidade, Ministério da Cultura e Governo Federal, via Lei de Incentivo à Cultura, o Estação das Histórias promove ações de formação e valorização da leitura por meio de espetáculos de narração, aulas-espetáculo e oficinas.

Em Ouro Preto, o projeto integra a programação das Cavalhadas de Amarantina e conta com o patrocínio do Grupo Avante e da Pedreira Irmãos Machado. Já em Sete Lagoas, ocorre em parceria com a Superintendência Regional de Ensino e é patrocinado pela Maxion Montich.

O projeto segue em execução e expansão de territórios, ampliando seu alcance junto a estudantes, professores e comunidades locais.

Projeto *Candonguero*

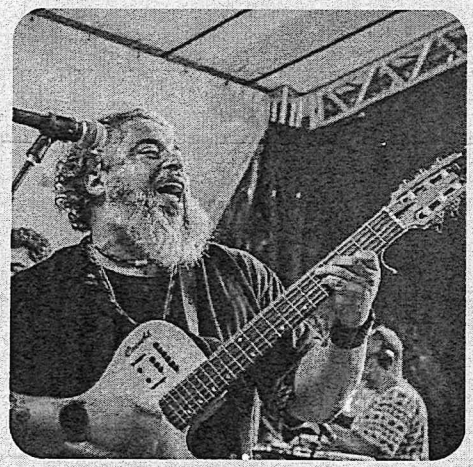
Representação artística e Produção Executiva do Grupo Candonguero, com atuação contínua em shows e circulações por diversas cidades de Minas Gerais, incluindo Ouro Preto, Belo Horizonte, Congonhas e Piranga, além de passagens por espaços culturais como o Museu Boulieu e o Museu de Mariana. O grupo também integrou eventos relevantes, como o Circuito de Cultura de Belo Horizonte, participando de projetos como Era uma Vez um Carnaval e Candonguero de São João.

Criado em 2006, o Candongueiro dedica-se ao cancioneiro brasileiro, combinando músicas autorais, releituras e a valorização de compositores, trazendo ao palco a força dos carnavais tradicionais em performances que dialogam com o frevo, o samba e a música popular brasileira. Seu trabalho reforça a preservação da memória dos antigos carnavais, estabelecendo conexões com tradições locais e homenageando artistas e personagens históricos da cultura ouro-pretana e nacional.









080

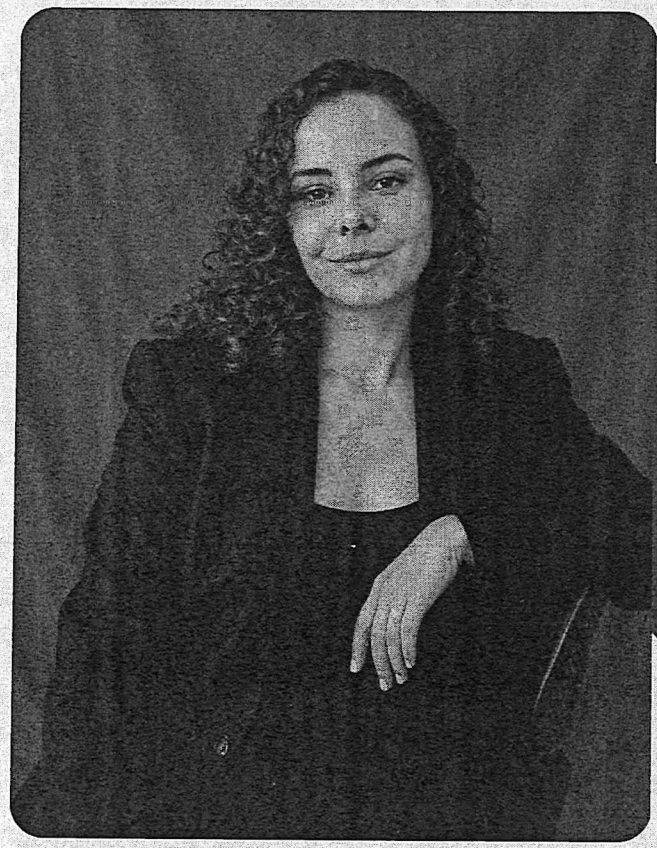
Gestão e Responsabilidade Técnica

A Terra de Rudá Produções é uma empresa cultural gerida por Rayssa Amaral, jornalista, gestora e produtora cultural, responsável pela concepção, coordenação, produção executiva, comunicação cultural e gestão institucional dos projetos desenvolvidos pela empresa.

A trajetória profissional da gestora está diretamente vinculada à atuação da Terra de Rudá Produções, sendo responsável pela elaboração, execução, acompanhamento técnico e comunicação dos projetos apresentados neste portfólio.

Em razão dessa atuação contínua e integrada, parte das comprovações técnicas, registros de execução, matérias de imprensa e experiências profissionais encontram-se vinculadas ao nome de Rayssa Amaral, refletindo sua responsabilidade direta na gestão dos projetos realizados.

- Clipping com menções na mídia podem ser vistos neste link
- Para o portfólio de comunicação acesse o link



E o futuro?

A Terra de Rudá Produções projeta a ampliação de sua atuação interestadual, o fortalecimento de ações formativas e educativas, a consolidação de redes culturais e a continuidade do compromisso com a cultura como direito, desenvolvimento e transformação social.

Quer transformar sua ideia em *projeto?*

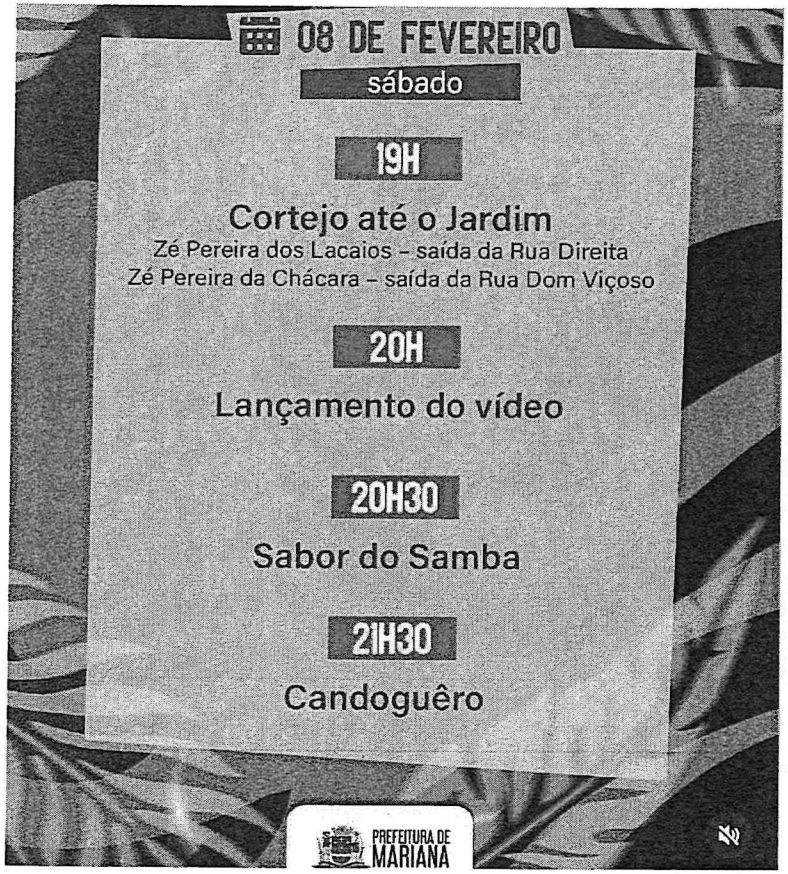
Entre em contato

(22) 99961-3008

@terraderudaproducoes

terraderudaproducoes@gmail.com


PRÉ-CARNAVAL
2º MORRO FOLIA
Sabores & Menu
PROGRAMAÇÃO
08/02 SÁBADO
20h30 Apresentação com Mestre Peta e a Estrondosa
22h00 Banda Logan
09/02 DOMINGO
09h00 Carnatrilha com Pedalinas e Giro
10h00 Início da Feira
12h00 Show com Edilene Bombom
13h00 Oficinas carnavalescas
14h00 Banda Candonguêro
16h30 Apresentação com Mestre Peta e a Estrondosa
08 e 09 FEVEREIRO
MORRO D'ÁGUA QUENTE


08 DE FEVEREIRO
sábado
19H
Cortejo até o Jardim
Zé Pereira dos Lacaios – saída da Rua Direita
Zé Pereira da Chácara – saída da Rua Dom Viçoso
20H
Lançamento do vídeo
20H30
Sabor do Samba
21H30
Candoguêro
PREFEITURA DE MARIANA


AGENDA
Candonguero
SEX
Museu de Mariana
20h
SAB
Museu Boulieu
20h
DOM
Vermelho i Branco
Área de Lazer (Cabeças)
16h
Mais informações:
@candonguero


5º Festival de Inverno
Santa Maria de Itabira
04 a 06 agosto
Raízes
Santamarienses
Grupo Candonguêro
sexta
04.08

080


Festival de Inverno
Mariana 327 anos
PRAÇA TANCREDO NEVES
16 DE JULHO (DOMINGO)
20H Show com Erika Curtiss
Samba de Sobra
22H Show com Candonguêro
PREFEITURA DE MARIANA


OURO PRETO-MG 2023
VERMELHO I BRANCO
40 ANOS
SHOW COM
Candonguêro
DOMINGO, 12 DE FEVEREIRO
A PARTIR DAS 15H
LOCAL LARGO DO ROSÁRIO
APOIO:
sala de ideias
Real FM


Esquenta
CARNAVAL
2023
BLOCO
0.20
VAZADO
2023
apresenta:
candonguêro
11 FEV
SÁBADO
18H
REALIZAÇÃO:
PREFEITURA
OURO PRETO
PATROCÍNIO:
ABERTO AO PÚBLICO!
TRAGA SUA FAMÍLIA!
RUA DAS DORES CACHOEIRA DO CAMPO


Programação
Rei e Rainha do
Carnaval de Itabira
Sábado
28 de janeiro
SHOW
SAMBAS DE NOSSO TEMPO
Horário: 17h30
Local: Paredão da Rua Tiradentes
FINAL DO CONCURSO
REI E RAINHA DO CARNAVAL
Horário: 18h30
Local: Paredão da Rua Tiradentes
SHOW
CANDONGUERO (OURO PRETO)
Horário: 20h
Local: Paredão da Rua Tiradentes
fcada
www.fcada.com.br
realização
Itabira

080


Candonguêro
ERA UMA VEZ UM CARNAVAL


MUSEU BOULIEU
ARRAIAL
29 JUNHO 18h QUA
Quadrilha Pé de Moleque
Forró de Bolso
Candonguêro
DO BOULIEU


Candonguêro





0680


GUARANIX
ESPORTE LAZER
Inauguração
26 de Outubro
ATRAÇÃO
CONFIRMADA:
Candonguêro


MUSEU BOULIEU
MUSEU BOULIEU
29 JUNHO 18h QUA
Arraial do Boulieu
Quadrilha Pé de Moleque
Forró de Bolso
Candonguêro
Entrada solidária
Leve 1 kg de alimento não perecível ou 1 agasalho e troque pelo seu ingresso
Realização
aurum
SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA
MINISTÉRIO DO TURISMO
PRONAC 204963
Patrocínio
INSTITUTO CULTURAL VALE
Gestão
BOULIEU
Apoio
ouro preto
PÁTRIA AMADA BRASIL



090

INPUT LIST CANDONGUÊRO

01	BUMBO	PEDESTAL	
02	CAIXA	LP/CLAMP	
03	CHIMBAL	PEDESTAL	
04	TON 1	LP/CLAMP	
05	TON 2	LP/CLAMP	
06	SURDO	LP/ CLAMP	
07	COBEL, EFITOS	PEDESTAL	
08	OVER	PEDESTAL	
09	OVER	PEDESLAL	
10	CONGA HI	PEDESTAL	
11	CONGA LO	PEDESTAL	
12	SURDO	PEDESTAL	
13	PAMDEIRO FIXO	PEDESTAL	
14	PAMDEIRO SOLTO	CLAMP	
15	TIMBAL	PEDESTAL	
16	CAIXA DE GUERRA	LP/CLAMP	
17	REPINIQUE	PEDESTAL	
18	REPIQUE DE ANEL	PEDESTAL	
19	CUICA	PEDESTAL	
20	EFEITOS	PEDESTAL	
21	EFEITOS	PEDESTAL	
22	BAIXO	D.I	
23	GUITARRA	PEDESTAL	
24	VIOLÃO	D.I	
25	VIOLÂO 7 CORDAS	D.I	
26	CAVAQUINHO	D.I	
27	SAX	PEDESTAL	
28	FLAUTA	PEDESTAL	
29	TROMBONE DE VARA	PEDESTAL	
30	VOZ BAIXO	PEDESTAL	
31	VOZ GUITARRA	PEDESTAL	
32	VOZ BACK	PEDESTAL	
33	VOZ BACK	PEDESTAL	Q
34	VOZ PRINCIPAL	PEDESTAL	
35	VOZ ESPERA	PEDESTAL	SEM FIO

RIDER TÉCNICO CANDONGUÊRO

09

P.A:

-01 Console de 42 canais (LS9, M7, PM5D, DIGI).
-01 SM 58 com cabo.
-01 Cabo P2/P10 ou P2/XLR

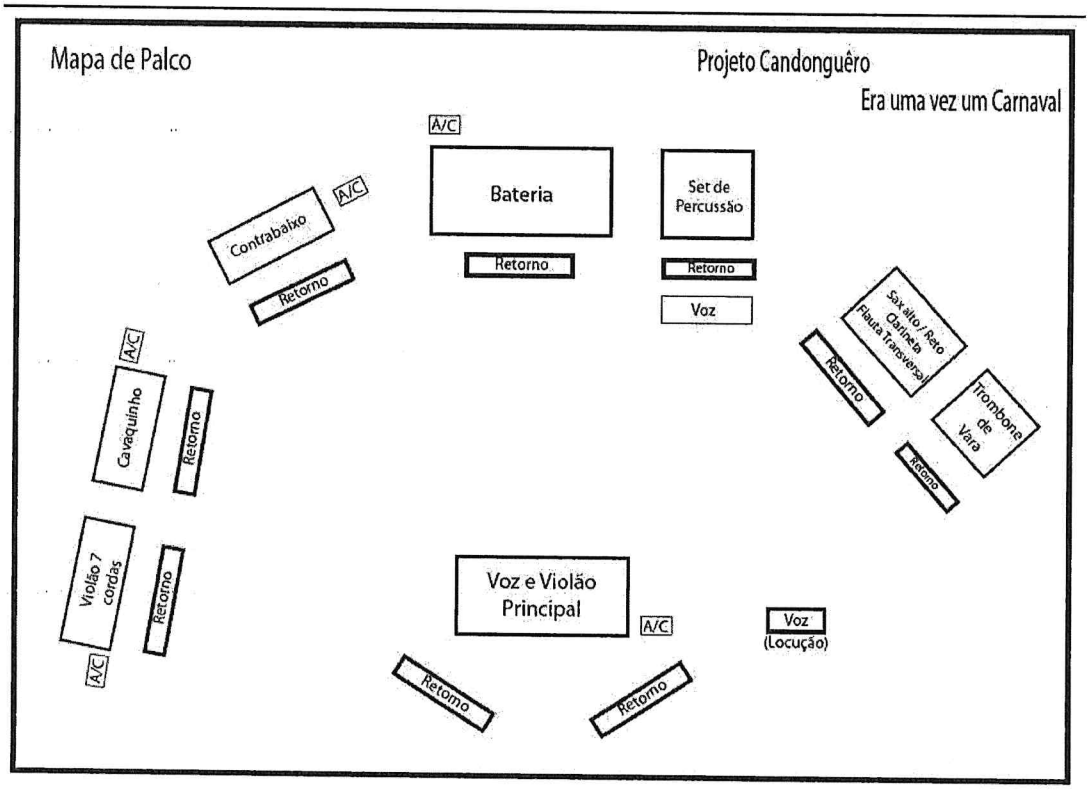
Monitor:

-01 Console de 42 canais (LS9, M7, PM5D, DIGI).
-09 Monitores (idênticos)
-06 Garras LP ou Clamp
-25 Pedestais (em bom estado)
-01 D.I Ativo
-03 D.I Passivo
-01 Amplificador guitarra
-01 Amplificar baixo
-01 Microfone sem fio

Observação:

Não usamos sistema de fone.

MAPA DE PALCO



0092

MAPA DE LUZ

A ser especificado posteriormente.

CAMARIM - 13 pessoas

CLIPPING E FOTOS

www.jornaloliberal.net/noticia/candonguero-da-show-no-carnaval/

CIDADES »
Itabirito (1271)
Mariana (1713)
Ouro Preto (2902)

NOTÍCIAS »
Cidadania (708)
Cultura e Lazer (1148)
Economia (524)
Educação (383)
Entrevistas (19)
Esportes (420)
Justiça e Polícia (679)
Meio Ambiente (228)
Obras (466)
Política (531)
Saúde (346)
Social (231)
Trânsito (183)

ARTIGOS »
A Cidade e Eu (55)
Amenidades (91)
Carta aos Tempos (107)
Coluna do Evangélico (36)
Espiritismo em Gotas (19)
Geléia Real (27)
Histórias & Estórias (30)
Linhas Tortas (4)
Moda (33)
Notas da Pedra (115)

Capa — Notícias — Cultura e Lazer

Candonguêro dá show no carnaval

Ouro Preto,
10 de Março de 2014

O Candonguêro se consolidou como movimento cultural em Ouro Preto, atraindo milhares de pessoas desde o Circuito Candonguêro, até os shows de carnaval. O Projeto comemora 10 anos em 2015. Para celebrar, está sendo preparada uma agenda comemorativa com eventos a serem realizados entre esse ano e ano que vem, que deve ser divulgada em breve, segundo os organizadores do projeto.







← Andarilhos nas trilhas de Ouro Preto

Polícia Militar faz avaliação positiva sobre o Car... →

Compartilhar: Tweetar 0 8+1 0 Curtir 0

Projeto "Candonguêro – Era Uma Vez um Carnaval" está novamente na rua

Há mais de 15 anos movimentando Ouro Preto, eles retornam em 2023 pra celebrar a festa de Momo após dois anos de pandemia

11/02/2023 às 09:20 • Itatiaia



Integrantes do grupo Candonguêro se preparam para animar a folia nas ruas históricas da cidade de Ouro Preto

Candonguêro arrasta multidão ao Largo da Alegria

O grupo se apresentará outras três vezes durante o Carnaval 2023

Por **João Paulo Silva**
Publicado em **Notícias**

Data de publicação: 16/02/2023 16:10
Última atualização: 16/02/2023 16:33



07/03/2011 10h39 - Atualizado em 07/03/2011 12h42

'Projeto Candonguêro' é opção para todas as idades em Ouro Preto, MG

Show revive sambas e marchinhas tradicionais de carnaval. Projeto é realizado todas as noites até terça-feira (7).

Pedro Triginelli Do G1 MG, em Ouro Preto

imprimir

Depois de muita folia durante o dia com os blocos tradicionais e estudantis, que percorrem toda a cidade de Ouro Preto (MG), uma das melhores opções para quem quer continuar a festa a noite é o "Projeto Candonguêro: Era uma vez um carnaval". Neste domingo (6), o grupo encheu o Largo da Alegria - um dos pontos históricos da cidade - com um show que revive sambas e marchinhas tradicionais durante toda a madrugada. O projeto, que começou na sexta-feira (4), é programação de todas as noites até terça-feira (8).



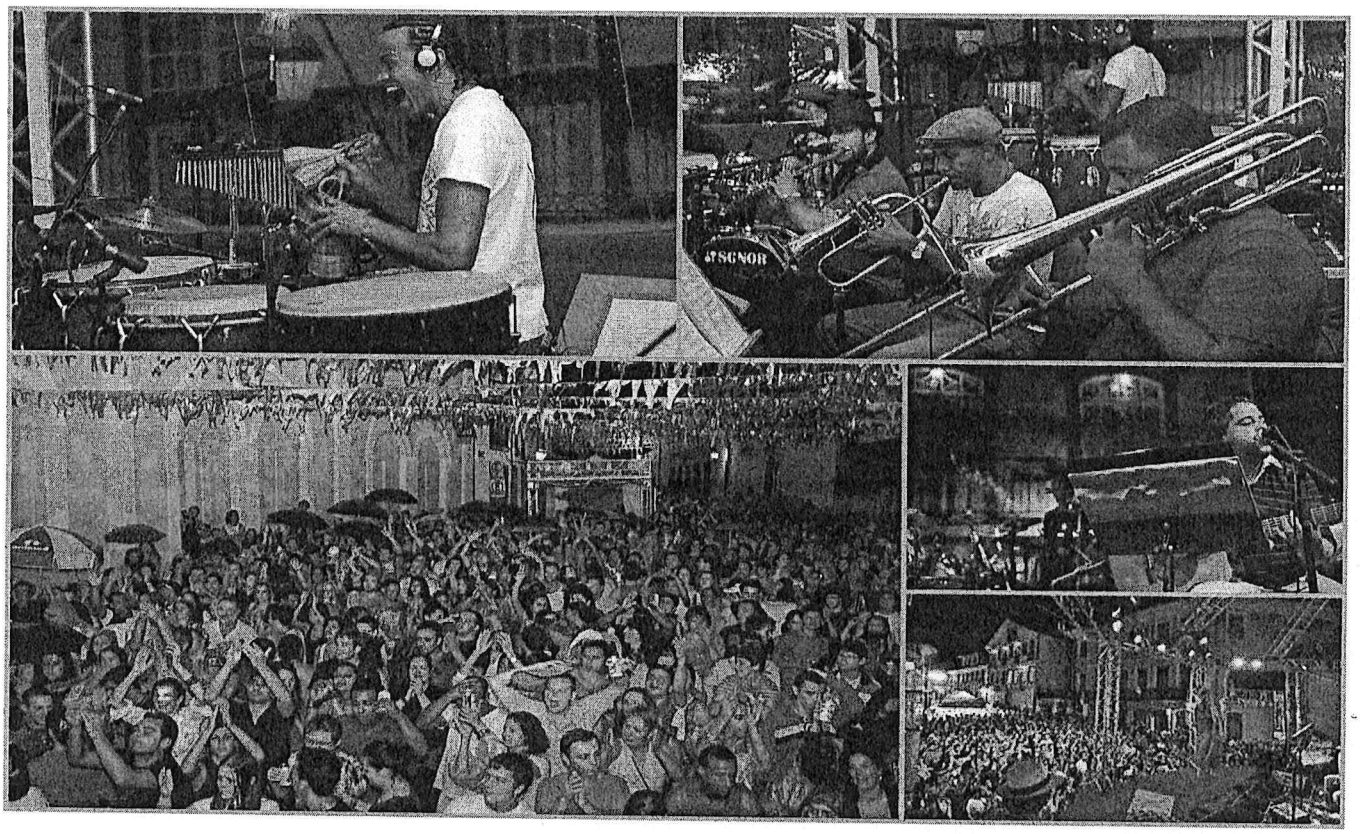
Apresentação do Projeto 'Candonguêro' (Foto: Pedro Triginelli/G1 MG)

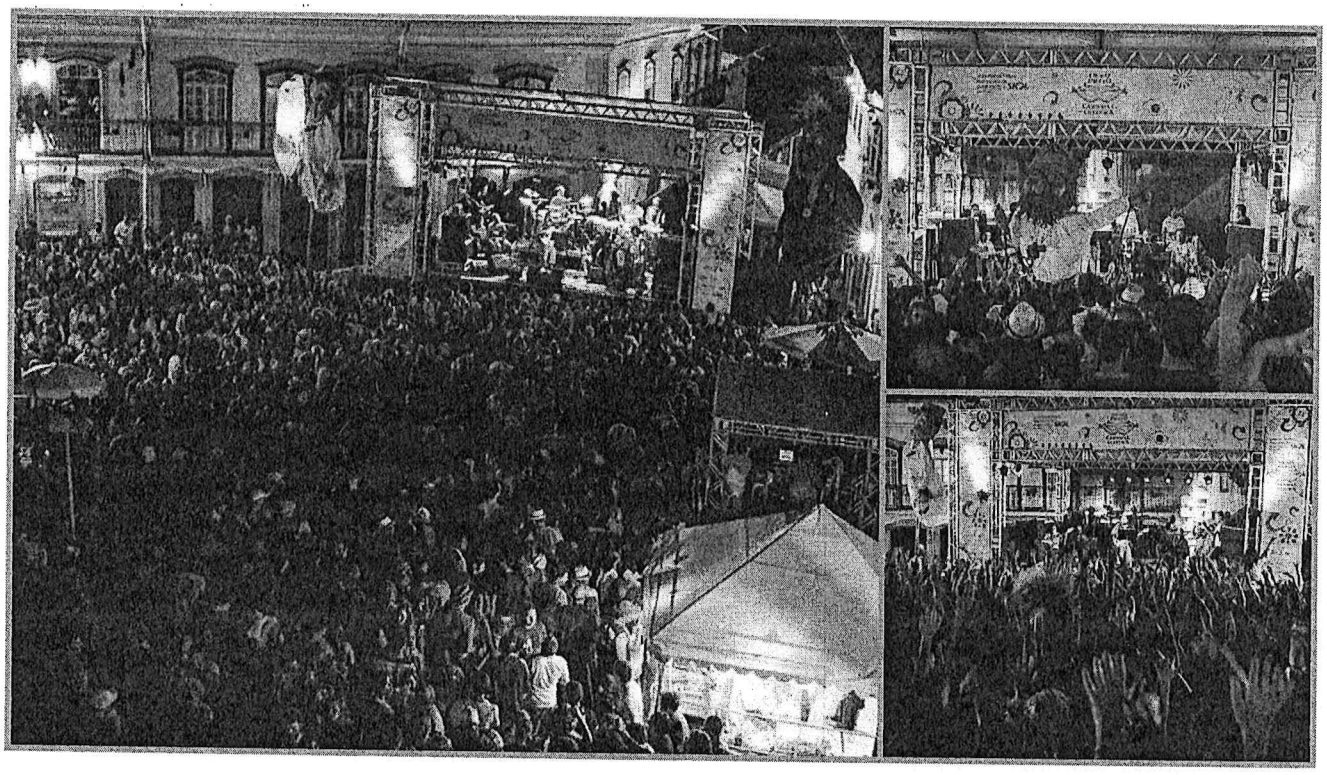


Gerente comercial Rômula Lopes elogiou a qualidade da música. (Foto: Pedro Triginelli/G1 MG)

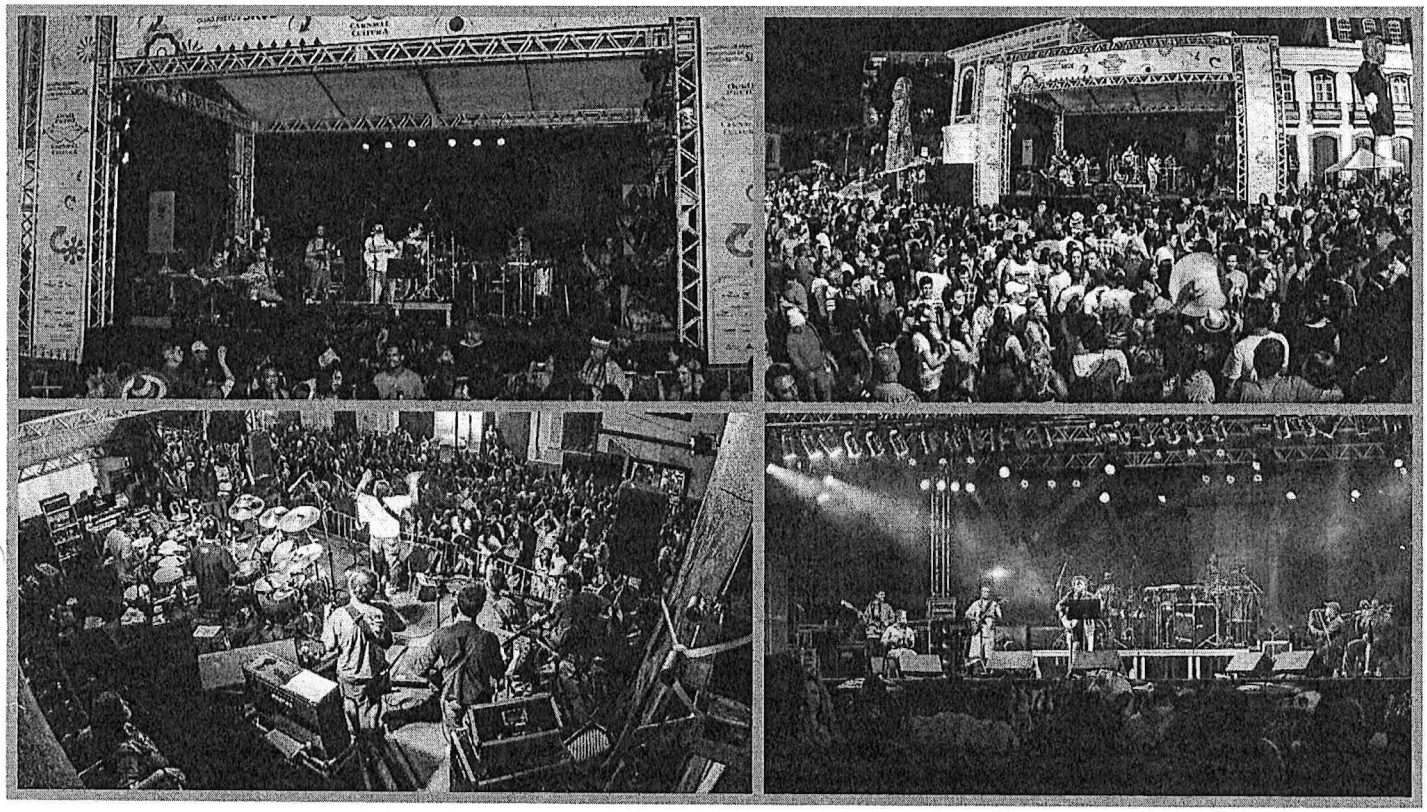
Mesmo quem já havia participado do show nos dois primeiros dias resolveu voltar. A gerente comercial Rômula Lopes, 42 anos, disse vai assistir todas as apresentações. "O diferencial deste show é o público: que é mais velho, a qualidade da música e a tranquilidade do ambiente, disse.

Com músicas de carnaval mais antigas e sambas, o show do projeto atrai pessoas de todas as idades. A estudante Maiara Cândido, 20 anos, diz que adora samba e, por isso, sempre que pode assiste ao 'Candonguêro'. "Eles são muito bons. Estou morando em Ouro Preto há um ano e meio e sempre vejo o show deles. Vou me mudar e vou sentir muita falta do Candonguêro", falou.





eu sou candonguêro



Ouro Preto, 10 de janeiro de 2026

ASSINADO DIGITALMENTE
RAYSSA APARECIDA DO AMARAL GONCALVES
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
https://serpro.gov.br/assinador-digital
Serpro

Terra de Rudá Produções
Rayssa Amaral
CNPJ: 15.316.196/0001-03

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
Praça Juscelino Kubitschek, - Centro - Mariana - MG
CEP: 35420-003 CNPJ: 18.295.303/0001-44 Telefone: (31) 3557-9018
E-mail: compras@mariana.mg.gov.br Site: 3135579018

097 PRC 27 I 26

Solicitação de Compra Nº 32/2026

CONTRATAÇÃO DO GRUPO CANDONGUÊRO PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026

Solicitante: MARCOS EDUARDO BATISTA **Data da Solicitação:** 12/01/2026
Organograma: 2400000000 - SECRETARIA MUN PATRIM CULTURAL E TURISMO - SECULT
Local de Entrega: SEDE DO MUNICIPIO
Objeto: CONTRATAÇÃO DA BANDA CANDONGUÊRO PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026
Justificativa: CONFORME DFD Nº 029 O CARNAVAL É UMA DAS FESTIVIDADES MAIS TRADICIONAIS DA CIDADE, ATRAINDO MORADORES, VISITANTES DAS CIDADES VIZINHAS E TURISTAS DE DIVERSAS REGIÕES, MOVIMENTANDO O COMÉRCIO LOCAL, FORTALECENDO O SETOR DE SERVIÇOS E PROMOVENDO A CIRCULAÇÃO DE RENDA. DESSA FORMA, A CONTRATAÇÃO DA ATRAÇÃO JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE ASSEGURAR A QUALIDADE ARTÍSTICA DO CARNAVAL DE MARIANA 2026, FORTALECER O CALENDÁRIO CULTURAL DO MUNICÍPIO E GARANTIR O DIREITO DA POPULAÇÃO AO ACESSO Á CULTURA, AO LAZER E AO ENTRETENIMENTO EM EVENTO DE GRANDE PORTE E TRADIÇÃO REGIONAL.
Observações:

Itens solicitados:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Previsto	Preço Total Previsto
1	1,000	SV	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO GRUPO CANDONGUÊRO - APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO GRUPO CANDONGUÊRO	15.000,0000	15.000,00

Máscara	Descrição da Despesa	Valor Estimado

Preço Total Itens: 15.000,00

Mariana, 12 de Janeiro de 2026.

MARCOS EDUARDO BATISTA

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
NOTA DE BLOQUEIO
C.N.P.J.: 18.295.303/0001-44
Município: MARIANA

098

Data: 21/01/2026
Usuário: pansierenunes

Nº do Bloqueio: **1318665/2026**
Data do Bloqueio: 12/01/2026

Órgão:	24.000	SECRETARIA MUN PATRIM CULTURAL E TURISMO - SECULT
Unidade:	24.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECULT
Funcional:	13.392.0016	Difusão Cultural
Projeto/Atividade:	2.552	REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA
Elemento:	3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Código reduzido:	575	

Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo

Histórico	Data Bloqueio	Processo administrativo	Saldo da Dotação	Valor Bloqueado	Valor Desbloqueado	Saldo Atual
1.500.000.0000	12/01/2026	27/2026	429.500,00	15.000,00	0,00	414.500,00

CONTRATAÇÃO DA BANDA CANDONGUÊRO PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026

Fonte de Recursos:

Número:	Descrição:	Valor:
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	15.000,00

Anderson Lopes Coelho Stoppa
..236-**
ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Termo de Abertura/autuação

099

Ao 12º dia do mês de janeiro do Ano de **2026,** nesta cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais, faço abertura dos Autos do **PRC 27/2026**. Os autos do presente processo são autuados com folhas, incluindo o presente termo. Do que, para constar, lavro o presente termo.

Érika Alves Quirino
Coordenadora Geral de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

100

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Exmo. Sr. Secretário,

Ocorrendo a necessidade de abertura de processo para:
CONTRATAÇÃO DA BANDA CANDONGUÊRO PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026

Solicito que seja a mesma autorizada nos moldes da lei 14.133/2021 e suas alterações. Sendo assim, sugerimos o uso da modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para o caso.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

24.001.13.392.0016.2.552.339039 Fonte de Recursos 1500 FICHA 575

Valor Global Estimado: R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS.)

Mariana, 12 de Janeiro/2026

Érika Alves Quirino
Coordenadora Geral de Compras

De acordo:

MARCOS EDURDO BATISTA
Secretário Municipal do Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer.

PREFEITURA DE MARIANA

Coordenadoria Geral de Compras

PARECER EM PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 26/2026

PROCESSO: 27/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA BANDA CANDONGUÊRO PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026.

A Coordenadoria Geral de Compras do Município de Mariana, em atendimento ao pleito da Ilma. Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, com fulcro no artigo 33, do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, vem apresentar seu parecer opinativo acerca do procedimento de **Inexigibilidade de Licitação nº 062/2024,** nos limites de sua competência, visto tratar-se de competência exclusiva do ordenador de despesas, a responsabilidade pelos processos de inexigibilidade e dispensa de Licitação.

Assim como determina o artigo 31, do mesmo regulamento Municipal, que dispõe no seguinte sentido:

> **Art. 31.** As inexigibilidades de licitação são processos de compras ou contratações diretas de competência exclusiva do ordenador de despesas, devendo os mesmos ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação, na forma estabelecida, neste Decreto, no art. 32, e art. 1º no que couber, observadas as atribuições da Coordenadoria de Compras dispostas nos arts. 6º e 7º, deste Decreto.

Deste modo, não cabe a esta Coordenadoria adentrar nos critérios de conveniência e oportunidade do ato administrativo, tampouco análise de preços, cabendo tão somente a manifestação acerca da possibilidade da aplicação do instituto da Inexigibilidade de Licitação para o pleito sob análise.

Sendo assim, passa-se as considerações iniciais e ato contínuo ao posicionamento final dessa unidade.

CONSIDERANDO a justificativa trazida pela Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo no que tange a necessidade de contratação do show proposto a fim de abrilhantar o Carnaval Mariana **2026**;

CONSIDERANDO a manifesta necessidade de estimular a celebração da festividade da cidade e fomentar a economia, divulgando a cultura local, atraindo maior público.

CONSIDERANDO que o Carnaval é uma festa cultural e popular do nosso país e está inserido no Calendário Oficial de Eventos do Município de Mariana;

CONBSIDERANDO que a festividade em tela é de grande relevância para a cidade, uma vez

PREFEITURA DE MARIANA
Coordenadoria Geral de Compras

que, atende as políticas de acesso universal à cultura e ao direito de lazer previsto na Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o notório reconhecimento do público em geral no que tange ao trabalho da banda em comento, e já terem se apresentado em diversos eventos de grande repercussão popular, conforme se verifica nos documentos acostados ao feito;

CONSIDERANDO a legitimidade de representação dos interesses da banda, visto que a contratação, em tela será viabilizada entre este município e empresa devidamente munida de poderes de representação exclusiva na forma da lei;

CONSIDERANDO que os valores ofertados se aproximam do já praticado no mercado, visto encontrarem-se balizados pelos documentos acostados ao feito quais sejam notas fiscais emitidas em data não inferior a um ano;

Frise-se que não compete a esta Coordenadoria de Compras prover a análise de conveniência e oportunidade do ato administrativo em tela, visto que compete exclusivamente ao ordenador de despesas da pasta requisitante.

Destarte, havendo pareceres favoráveis à legalidade e regularidade da contratação fronte as questões ora tratadas, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74, inciso II, entendemos que o caso em tela se enquadra nas possibilidades de **INEXIGIBILIDADE** de licitação prevista em lei.

Ato contínuo, encaminhe-se o presente procedimento à Procuradoria e à Controladoria Geral do Município para que estas manifestem-se pela regularidade do feito, sob os mais diversos aspectos que abrangem suas competências e atribuições legais.

É o parecer, salvo melhor apreciação

Mariana, 12 de janeiro de 2026

Érika Alves Quirino
Coordenadoria Geral de Compras

PREFEITURA DE MARIANA

PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037

www.mariana.mg.gov.br

PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

EMENTA: PARECER - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 026/2026 – PRC 027/2026 - PROFISSIONAL DO SETOR ARTÍSTICO – PROCESSAMENTO E TRAMITES REGULARES.

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo de inexigibilidade de licitação que objetiva a contratação artística da "Banda Candonguêro", para apresentação artística, a pedido da Secretaria de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer.

Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles que abrangem conveniência e oportunidade para a celebração do ato, bem como os elementos de natureza eminentemente técnica, financeira e orçamentária, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e especificações, uma vez que as questões técnicas fogem das atribuições deste órgão de consultoria, sendo afetos aos setores competentes da Administração.

Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, conforme orientação constante da Boa Prática Consultiva – BPC/AGU nº 7, que assim dispõe:

> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento. (Manual de Boas Práticas Consultivas aprovado pela Portaria Conjunta nº 01, de 2 de dezembro de 2016).

É o relatório.

II – DA PROPRIEDADE DO PARECER JURÍDICO – PRERROGATIVA CONSTITUCIONAL DO ART. 133 – MANIFESTAÇÃO FUNDAMENTADA NO LIVRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO PROCURADOR

Cumpre frisar que o artigo 133, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o artigo 2º, § 3º, da Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994, estabelecem que: "*o Advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei*".

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

Seguindo esta linha de raciocínio, vale também citar o inciso I, do artigo 7°, da mencionada Lei 8.906/94, que estabelece ser direito do Procurador Advogado, dentre outros: "*exercer, com liberdade, a profissão em todo o território Nacional*".

Assim, é relevante esclarecer que o papel do Advogado se resume em opinar a respeito da regularidade, formal ou não, como ainda, a respeito da constitucionalidade ou legalidade, ou não, de determinado ato ou negócio jurídico. Ao emitir parecer, o Advogado é totalmente destituído de competência para ato decisório, sendo que apenas firma seu entendimento a respeito daquela questão jurídica, passível de ser aceito ou não pelas instâncias com poder decisório sobre a questão.

Também vale ressaltar que é cediço que os pareceres jurídicos não integram o núcleo essencial do ato administrativo, posto que se tratam de meras opiniões técnico-jurídicas emitidas pelo operador do Direito, que, em última análise, não criam nem extinguem direitos, mas, apenas, orientam o administrador a tomar uma decisão no momento de praticar o ato administrativo e, somente o último poderia ser objeto de investigação sobre a sua legalidade.

O saudoso professor Hely Lopes Meirelles, assim já se manifestara sobre aludida matéria:

> "Pareceres Administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas sim o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinária, negocial ou punitiva." (Meirelles, 2002, p. 189).

No mesmo sentido, o entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello:

> "Os pareceres alocam-se no campo da administração consultiva e configuram atos que visam a informar, elucidar, questões a serem decididas por outros órgãos (...), nada decidem. Nada resolvem e também não contêm em si nem autorização para a prática de outros atos, nem aprovação ratificação ou homologação deles. Não é esta sua tipologia. São simplesmente juízos técnicos que elucidam as autoridades competentes para adotarem as providências de suas respectivas alçadas." (Mello, 1996, p. 63)

Registra-se que o presente parecer não tem efeito vinculativo, nem tampouco decisório, tendo as autoridades a quem couberem a sua análise, plenas condições de decidir de maneira contrária ao parecer, como ainda, não o acolher ou acolhê-lo em parte, tratando-se a presente peça de caráter meramente opinativo.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

III – FUNDAMENTAÇÃO

III.1 – DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme art. 53, §4.°, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Primeiramente, quanto a obrigatoriedade do procedimento licitatório que decorre de mandamento constitucional previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, a não realização de licitação, também pelo dispositivo constitucional supra, pode acontecer, mediante casos ressalvados em legislação que estabeleça normas gerais de contratação para a Administração Pública, hipóteses que podem ser caracterizadas ou pela dispensa ou pela inexigibilidade.

Salientamos ainda o disposto no artigo 11, da Lei nº 14.133/2021 que enfatiza que além da garantia do tratamento isonômico entre os eventuais interessados, a licitação destina-se à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Vantajosidade não se confunde com menor preço, mas com obtenção do bem ou serviço que melhor satisfaça o interessa da Administração.

Nesse norte, a realização da licitação é, em regra, *conditio sine qua non* para a consecução da contratação pública. Com efeito, é preciso que a Administração obtenha a proposta mais vantajosa ao interesse público e, ainda, conceda a todos os interessados igualdade de condições.

Excepcionalmente, em situações de inviabilidade de competição, a própria lei estabelece hipóteses de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 74 da Lei nº 14.133 de 2021, autorizando a Administração a realizar contratação direta, sem licitação.

III.2 – DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

O artigo 72 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento do processo de contratação direta, conforme abaixo transcrito:

> I – Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
> II – Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
> III - Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
> IV – Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
> V – Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
> VI – Razão da escolha do contratado;
> VII - Justificativa de preço;
> VIII - Autorização da autoridade competente.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

A análise da presente inexigibilidade de licitação tem por objeto a contratação artística da "Banda Candonguêro" para apresentação artística no Município de Mariana-MG, a pedido da Secretaria de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer, com fulcro no o inciso II, do art. 74 da Lei 14.133/2021 e no artigo 37, inciso XXI da Carta Magna, os quais permitem a Administração Pública, depois de cumprida com todas as formalidades legais pertinentes ao procedimento de contratação, proceder aos moldes de inexigibilidade de licitação ao processo licitatório desde que preencha com os requisitos e exigências legais.

No presente caso a Lei Federal n° 14.133/21, em seu art. 74, inciso II, trouxe a possibilidade de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, por meio de inexigibilidade de licitação.

A excepcionalidade permite a Administração Pública realizar contratações diretas, nas hipóteses em que o procedimento licitatório é dispensado, consoante art. 75 e naquelas em que ele é inexigível, conforme art. 74 ambos da Lei 14.133/2021.

Em termos gerais quanto a contratação e sua instrução, consta, Documento de Formalização de Demanda (fls. 001/003) Estudo Técnico Preliminar (fls. 004/010), Termo de Referência (fls. 011/020), todos aprovados e assinados pelo Secretário Municipal de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer.

A estimativa prévia de preço da contratação em R$ 15.000,00 (quinze mil reais), trata-se de matéria de ordem econômica que deve observar o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, ou seja, o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerando os preços constantes nas notas fiscais e contratações públicas e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Tal estimativa consta no Estudo Técnico Preliminar (fls. 004/010) e na justificativa de preço (fl. 022).

Consta, à fl. 098, o bloqueio orçamentário que demonstra compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido pelo artista "Banda Candonguêro" com a celebração do contrato.

Acostada documentação referente aos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (fls. 025/054). Isto posto, os documentos de qualificação devem ser avaliados tecnicamente pela secretaria ordenadora de despesas, responsável pela elaboração do Termo de Referência, conforme observa-se às fls. 015/016. Deste modo, acostada declaração em atendimento ao disposto no artigo 72, V, da Lei 14.133/2021 assinado pelo ordenador de despesas (fls. 021).

A razão da escolha do contratado pode ser observada às fls. 012/013, na qual o Secretário ordenador de despesas afirma que:

> "O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda. Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

> do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade. A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento. Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento grande porte e tradição regional."

Consta proposta às fls. 023/024 e release às fls. 061 e seguintes. Ressalta-se que a razão da escolha do contratado é de exclusiva responsabilidade do ordenador de despesas.

A autorização da autoridade competente para a contratação direta mediante Inexigibilidade de licitação com fulcro no artigo 74, inciso II da Lei 14.133/2021 pode ser verificada às fls. 100, com a "Abertura do Processo Licitatório".

A justificativa de preços pode ser comprovada por meio de contratos e notas fiscais, às fls. 055/057, bem como pela fundamentação apresentada pelo ordenador de despesas, à fl. 022.

Nesse sentido, a Administração deve observar o que dispõe a Orientação Normativa/AGU nº 17, a seguir:

> A RAZOABILIDADE DO VALOR DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PODERÁ SER AFERIDA POR MEIO DA COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM OS PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ENTES PÚBLICOS E/OU PRIVADOS, OU OUTROS MEIOS IGUALMENTE IDÔNEOS.

A pesquisa de mercado nas contratações diretas é tratada na Lei n.º 14.133, de 2021:

> Art. 23 (...) § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes

Gustavo Salvador dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

O §2º do artigo 74 da Lei 14.133/2021 determina que:

> "(...) considera-se empresária exclusiva a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico"

Para tanto, foi juntado Contrato de Representação Comercial e Artística, às fls. 025/026.

O objeto singular torna inviável a realização da licitação, visto que o serviço/produto somente pode ser elaborado ou entregue por pessoa jurídica singular, diretamente ou através de representante exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Segundo Joel de Menezes Niebuhr[1], é cabível a inexigibilidade de licitação para a contratação de profissionais do ramo artístico nos seguintes termos:

> A inexigibilidade para contratação de serviços artísticos, por sua vez, encontra fundamento na subjetividade que lhes é imanente. A arte não é ciência, não segue métodos, não é objetiva. Antes disso, a arte é expressão da alma, do espírito, da sentimentalidade, da criatividade, por tudo e em tudo singular. Desta maneira – é imperativo ressaltar em virtude de ser muito frequente a confusão – a inexigibilidade para a contratação de serviços artísticos não depende da inexistência de outros artistas que também possam prestar o serviço. Aliás, pode e costuma haver vários artistas capazes e habilitados, mas, mesmo assim, inexigível é a licitação pública, em tributo à singularidade de expressão.

Através da Consulta nº. 14/2013, o Ministério Público do Estado de Minas, através do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público (CAOPP), afirmou que não há como definir, segundo os critérios legais, o que venha a ser "crítica especializada" e qual o alcance de sua atuação. Citando Diógenes Gasparini[2], a resposta é apresentada:

> Por força do estabelecido no inciso III do artigo 25 do Estatuto Federal Licitatório, é inexigível a licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião. O dispositivo em apreço não traz grandes dificuldades de interpretação, salvo no que concerne à

[1] NIEBUHR, Joel de Menezes. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública.* 4 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 187.
[2] GASPARINI. Diógenes. *Direito Administrativo.* 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 323.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.7[illegible]

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

> consagração pela crítica especializada. Qual é essa crítica especializada? A local? A regional? A nacional? Cremos que se pode dizer que é a crítica local, regional (estadual) ou nacional, em razão do valor do contrato. Assim, se o contrato estiver dentro do limite de convite, será local; se estiver dentro do limite da tomada de preços, será regional; se estiver dentro do limite de concorrência, será nacional. O mesmo deve-se afirmar em relação à opinião pública.

Às fls. 092/096, constam apresentações correlatas do artista em eventos similares, a fim de demonstrar sua atuação no cenário musical e o alcance de sua especialização.

Desse modo, a juntada do presente Parecer Jurídico aos autos, associado aos trabalhos elaborados pela Procuradoria Geral do Município, auxilia no cumprimento dos requisitos do artigo 72 da Lei 14.133/2021.

Importante reforçar com o parágrafo único do mesmo art. 72 da Nova Lei de Licitações dispõe que: "O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial".

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, após análise do caso em tela, sob o prisma eminentemente jurídico/formal, esta Procuradoria Geral, entende que é possível a contratação por Inexigibilidade de licitação de profissional do setor artístico a ser realizado por "Banda Candonguêro", desde que cumpridas as seguintes ressalvas:

a) Sejam atualizadas as certidões vencidas no decorrer do processo.

Recomenda esta procuradoria que em processos de contratação de profissionais do setor artístico, seja especificado/desmembrado o valor da proposta, com o detalhamento do cachê artístico e dos custos de transporte, alimentação, entre outros.

É o parecer, à consideração superior.

Mariana, 21 de janeiro de 2025.

Gustavo Galvão Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG nº 172.712

Gustavo Galvão Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
Controladoria Geral do Município
Praça JK, S/N, Centro - Mariana/MG - CEP: 35.420-000
Fone: (031) 3557-9044

PARECER DO CONTROLE INTERNO

INTERESSADOS: Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo.

ASSUNTO/OBJETO: Para análise e parecer desta Controladoria Geral, a Coordenadoria de Compras remeteu o processo administrativo supracitado, cujo objeto é a contratação da banda Candonguêro compor a programação do carnaval de Mariana 2026.

DADOS DO PROCESSO

Processo administrativo de contratação direta nº: 027/2026
Inexigibilidade de licitação nº: 026/2026
Dispositivo legal: Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

DO CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, determinou a manutenção do sistema de controle interno e estabeleceu suas finalidades. Em obediência a esse dispositivo, pelas Leis Municipais Complementares nº 140/2014 e nº 250/2025, foi instituída e regulamentada a **Controladoria Geral do Município de Mariana**.

DA COMPETÊNCIA, ATUAÇÃO E CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

A Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21 determinou, em seu artigo 169, que a Administração Pública, em suas contratações, deverá sujeitar-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, e obedecerão a três linhas de defesa. A primeira composta por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão; a segunda, composta pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão; e a terceira linha de defesa, composta pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

No artigo 169, §3º, a Lei nº 14.133/21 também atribuiu deveres comuns aos integrantes das três linhas de defesa, estabelecendo as medidas a serem adotadas quando da constatação de *"simples impropriedade formal"* ou *"de irregularidade que configure dano à Administração"* [1].

[1] **Lei nº 14.133/21 - art. 169, § 3º** - Os integrantes das 3 linhas de defesa a que se referem os incisos I, II e III do art. 169 "observarão o seguinte: **I** - quando constatarem simples impropriedade formal, adotarão medidas para o seu saneamento e para a mitigação de riscos de sua nova ocorrência, preferencialmente com o aperfeiçoamento dos controles preventivos e com a capacitação dos agentes públicos responsáveis; **II** - quando constatarem irregularidade que configure dano à Administração, sem prejuízo das medidas previstas no inciso I deste § 3º, adotarão as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, observadas a segregação de funções e a necessidade de individualização das condutas, bem como remeterão ao Ministério Público competente cópias dos documentos cabíveis para a apuração dos ilícitos de sua competência.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Além da aplicação da Constituição Federal e da Lei nº 14.133/2021, na análise ora proferida, **aplicam-se**[2] as disposições do Decreto municipal nº 11.813/2024 e do Decreto municipal nº 11.812/2024, e **atua-se**[3], neste caso, como segunda linha de defesa, conforme competências administrativas dispostas nos arts. 16, alíneas "a" a "c", art. 17, 26 e 33, desse último, **sem adentrar nos aspectos jurídicos apontados pela Procuradoria, barreiras já vencidas, e ainda neste sentido, sem adentrar em análise de motivação, oportunidade e conveniência, tratando-se de atos de competência do Ordenador de Despesas.**

Acrescenta-se que o art. 31, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, em sintonia com o inciso I, do art. 169 acima mencionado (primeira linha de defesa), estabeleceu que os processos de inexigibilidades de licitação são de competência exclusiva do ordenador de despesas, e que os mesmos devem ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação.

Nos termos acima expostos, a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos, contendo a tempo desta apreciação 109 folhas reunidas em um único volume. Nesta oportunidade, salienta-se que esta Controladoria Geral não elide ou respalda irregularidades que porventura não sejam detectadas no âmbito do trabalho de análise alheias aos autos do presente processo, estando ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas a comprovação por todos os meios legais admitidos, sendo de inteira responsabilidade de quem, investido de competência legal, os tenham produzidos.

Explicitada a responsabilidade dos agentes públicos envolvidos na instrução e condução do presente processo de contratação, e demonstrada a competência do Controle Interno para análise e manifestação, apresenta-se parecer conclusivo acerca do processo administrativo de contratação direta, nos seguintes termos.

RELATÓRIO

O exame dos documentos que instruem o processo de contratação direta[4] por inexigibilidade de licitação demonstrou o que segue:

---

[2] **Decreto municipal nº 11.813/2024** regulamenta o princípio da segregação das funções. **Decreto municipal nº 11.833/2024** regulamenta o sistema de registro de preços. **Decreto Municipal nº 11.812/214** regulamenta os ritos procedimentais, estabelecendo limites de atuação e competências administrativas nas fases interna e externa dos processos de licitação, dispensa, inexigibilidade, procedimentos auxiliares e adesões a atas de Registro de Preço.

[3] **Art. 16.** "A Controladoria Geral do Município atuará, quando solicitado formalmente, somente na fase externa do processo licitatório, na qual compete: **a)** A análise da formalização do processo licitatório, cumprimento de suas fases e encarte de documentos de acordo com as modalidades e tipos de contratação eleitos para cada objeto a ser licitado; **b)** A análise da existência de demonstração da vantagem econômica dos preços vencedores; **c)** A apreciação da pesquisa de preços que balizará a contratação, nos moldes do regulamento Municipal."
Art. 17. "A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1º.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme o caso. **§ 2º.** Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso. "

[4] **Lei 14.133/21 - Art. 72.** "O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: **I** - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; **II** - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; **III** - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; **IV** - demonstração da

Danilo Brito dos Dores
Controlador Geral

1. Consta o documento de formalização de demanda (DFD) – fls. 01 a 03 conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §§2° ao 4°, do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas.

2. Consta o Estudo técnico preliminar – fls. 04 a 11, conforme disposto nos arts. 31, 32 c/c art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas, contendo os elementos obrigatórios e não obrigatórios estabelecidos no §1°, art. 18 da Lei n° 14.133/2021.

3. Consta a análise dos riscos, conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §2° e §3°, do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas – fl. 11.

4. Consta o Termo de Referência – fls. 12 a 20 conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c/ §§ 2°, 3°, 4° e 6° do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/2024, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas, contendo os parâmetros e elementos descritivos elencados no art. 6°, inciso XXIII c/c art. 40, §1°, ambos da Lei 14.133/21.

5. Ressalvamos que, em nenhum dos documentos de planejamento da contratação (DFD, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência), não há a indicação da dotação orçamentária.

6. Consta a proposta da futura contratada, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) por apresentação – fl. 23 a 24. **Recomendamos ainda que, a proposta seja detalhada de forma demonstrar todos os custos envolvidos na contratação. A Discriminação de custo tem efeito legal com base no art. 94, parágrafo 2° da lei federal n°14.133/2021. Outro ponto a destacar é um erro na data de realização do evento (DATA CUMPRIMENTO DA PROPOSTA), recomendamos a correção.**

7. Consta manifestação do encarregado de planejamento da contratação explicitando a razão da escolha da futura contratada, no item 1 do DFD, tópico *"justificativa da necessidade"* – fl. 01; no item 1 tópico *"descrição da necessidade da contratação"* – fl. 04, e item 7 – fl. 07, ambos do ETP; assim como nos itens 2 e 4 do Termo de referência – fls. 12 e 13, em atendimento ao disposto nos arts. 26 e 32, do Decreto Municipal n° 11.812/2024 e art. 72, inciso VI, da Lei n° 14.133/2021.

8. Para a justificar e demonstrar o enquadramento da contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II c/c § 2° do art. 74, da Lei n° 14.133/2021, em observância aos arts. 26 e 32 do Decreto Municipal n° 11.812/2024, foram apresentados os seguintes documentos: justificativa no item 1 do DFD, tópico *"justificativa da necessidade"* – fl. 01; no item 1 do ETP, tópico *"descrição da necessidade da contratação"* – fl. 04, e item 7 – fl. 07, ambos do ETP; assim como nos itens 2 e 4 do Termo de referência

compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; **V** - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; **VI** - razão da escolha do contratado; **VII** - justificativa de preço; **VIII** - autorização da autoridade competente."

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

– fls. 12 e 13; declaração/contrato de exclusividade - fl. 25 a 26; Portfólios de apresentações anteriores fls. 58 a 96.

9. Consta nos autos a comprovação de que a RAYSSA AMARAL PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.562.529/0001-30, preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários por meio de certidões de regularidade fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira com seus prazos de validades vigentes; declaração de inexistência de servidor público lotado no órgão contratante; cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; declaração de habilitação e qualificação – fls. 21, 25 a 26, 27 a 53. **Recomendamos atualização do(s) documento(s) à fls. 51, 52**;

10. Discorrendo-se agora sobre a justificativa de preços de que trata o art. 72, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, registra-se, preliminarmente, os documentos apresentados: justificativa de preço – fl. 22 e três documentos fiscais – fls. 55 a 57;

Quanto à apreciação dos documentos acima descritos, nos termos da alínea "c", do art. 16 da Lei nº 11.812/24, com base nas diretrizes delineadas na Instrução Normativa – CGM nº. 01/2024[5], observou-se que a justificativa de preços foi materializada com base em valores superiores comercializados pela futura contrata, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração pública.

Em relação à existência de demonstração da compatibilidade entre o preço a ser contratado e o valor de mercado, assim como, a vantagem econômica, em cumprimento ao disposto no art. 16, alínea "b", do Decreto Municipal nº 11.812/2024, vejamos os valores conforme tabela 01 a seguir.

Tabela 01: Comparativo de preços.

Preços praticados pela proponente em outras contratações. (A)		**Preço proposto ao Município de Mariana (B)**	**Comparativo de A vs. B Resultado: > ou = ou <**
Nota Fiscal nº 7	R$ 24.600,00	**R$ 15.000,00**	**A > B**
Nota Fiscal nº 38	R$ 15.000,00		**A = B**
Nota Fiscal nº 43	R$ 11.000,00		**A < B**

Em conformidade com a tabela supra, após análise comparativa entre o preço proposto e os apresentados como justificativa, embora apresentado uma nota de valor menor à proposta, observa-se que o valor da proposta é compatível com os valores que a proponente pratica no mercado, e levando em consideração que o preço é inferior aos demais, entende-se que há demonstração da vantagem econômica.

11. Consta abertura do processo administrativo devidamente autuado em sequência cronológica, numerado e autorizado pelo Ordenador de despesas – fl. 100.

12. Consta a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários (reserva orçamentária), demonstrando a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação referente

[5] A **Instrução Normativa – CGM nº. 01/2024** dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

ao exercício corrente – fl. 98, **porém, não há como validar a informação com os instrumentos de planejamento, uma vez que não houve a indicação da dotação nos referidos instrumentos (DFD, ETP, TR)** (Art. 72, IV da Lei 14.133/21, art. 16, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000).

Dotação: 24.001.13.392.0016.2.552 3.3.90.39 – fonte de recurso 1.500 - ficha 575

13. Consta a indicação do agente responsável pela condução do procedimento de contratação direta – fl. 02, no entanto, **não consta o ato de designação do encarregado de planejamento da contratação. Sendo assim, recomendamos que seja juntado ao processo.**

ATENÇÃO:
Visto que não identificamos no processo o ato de designação dos encarregados pelo planejamento da contratação, aproveitamos a oportunidade para **orientar ao Secretário** que o art. 5º do Decreto Municipal 11.813/2024, determina que o encarregado de planejamento da contratação deve ser indicado pelo(a) Secretário(a) Municipal da respetiva pasta, e designado pelo chefe do poder executivo, por meio de portaria, observados os requisitos dispostos nos arts. 8º, 10 e 11, do mesmo Decreto. Essa orientação de justifica em razão de que **o encarregado de planejamento da contratação** é o servidor responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar, Documento de Análise de Riscos, Documento de Formalização da Demanda, Termo de Referência, Projetos Básicos ou Projeto Executivo, instruir os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, dentre outras atribuições elencadas no art. 17 do Decreto Municipal 11.813/2024.

14. Consta o parecer expedido pela Coordenadoria Geral de Compras - fls. 101 a 102, em cumprimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, opinando pela possibilidade da aplicação do instituto de inexigibilidade de licitação;

15. Consta o parecer jurídico - fls. 103 a 109, fundamentando os motivos excepcionais para a inexigibilidade de licitação opinando pela viabilidade jurídica do feito, em atendimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal nº 11.812/2024.

16. Não foi possível a identificação do servidor responsável pela autenticação de alguns documentos no processo. Orientamos que, autenticação de documentos DEVE ser de forma clara a fim de facilitar a identificação do responsável.

17. Por fim, a Controladoria Geral informa que eventuais solicitações de análises em processos de contratações diretas, instaurados a partir da publicação do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, deverão ser devidamente formalizadas em conformidade com o disposto no art. 16, do referido decreto.

CONCLUSÃO

Subsidiar o gestor com informações e elementos para a tomada de decisões é uma das importantes atribuições do Controle, inclusive como medida de prevenção de desperdícios, perdas, abusos, fraudes e desfalques, nos termos da Cartilha de Orientações sobre Controle Interno, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais[6]. Assim, consoante disposição contida no § 3º, do art. 17, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, a presente manifestação possui caráter meramente opinativo,

[6] Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/img_site/Cartilha_Controle%20Interno.pdf>. Acesso em: 16/12/2025 às 14h08min.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

podendo ser eventualmente contraposta pelo ordenador de despesa da unidade requisitante, de forma técnica, cabendo ao ele a decisão de oportunidade e/ ou conveniência da homologação.

Cumpre ressaltar o que versa o art. 73 da Lei nº 14.133/2021, visto que esse é categórico ao explicitar que *"na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis"*.

Dessa forma, pelo Parecer acostado aos autos pela Assessoria Jurídica quanto aos requisitos legais e formais do ato, ressalvado entendimento diverso e o caráter não vinculativo, deste parecer, a Controladoria Geral do Município, ***opina*** pela ***continuidade*** do presente procedimento de contratação direta, nos termos do art. 17[7] do Decreto municipal nº 11.812/2024, ***desde que:***

a) Retificadas as inconsistências expostas nos itens 06, 09, 13 e 16, deste parecer;

b) Manifestação da equipe de planejamento, responsável pela contratação do disposto nos itens 05 e 12, deste parecer;

c) Declarada ciência expressa do Ordenador de despesas sobre o teor deste parecer, após análise de motivação, oportunidade e conveniência.

PROVIDENCIAS OBRIGATÓRIAS PÓS-HOMOLOGAÇÃO

Caso o processo de contratação direta seja homologado, conforme competências estabelecidas nos Decretos Municipais nº 11.812/2024 e nº 11.813/2024, os agentes públicos responsáveis pelos atos dispostos a seguir deverão:

✓ Divulgar e manter à disposição do público o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no sítio eletrônico oficial do Município, em cumprimento ao disposto no §1º do art. 14, do Decreto Municipal nº 11.812/2024 c/c o parágrafo único do art. 72, da Lei nº 14.133/2021, **observados o §4º do art. 14 do Decreto Municipal 11.812/2024 e §2º art. 94 da Lei nº 14.133/2021**, na qual **no caso de contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade de licitação, "a publicação deverá identificar os**

[7] **Art. 17.** A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1º.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme o caso. **§ 2º.** Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso. **I -** Para efeito do disposto neste artigo, conforme o caso, a **Controladoria poderá**: **a) Recomendar a retificação da inconsistência:** deliberação, devidamente fundamentada, para adoção de providências concretas e imediatas, com a finalidade de prevenir, corrigir irregularidade, remover seus efeitos ou abster-se de executar atos irregulares; **b) Orientar:** deliberação de natureza colaborativa, devidamente fundamentada, que apresenta ao destinatário oportunidades de melhoria, com a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão; **c) Solicitar ciência expressa:** deliberação de natureza declaratória que cientifica o destinatário sobre a ocorrência de irregularidade, quando as circunstâncias não exigirem providências concretas e imediatas, sendo suficiente, para fins do controle, induzir a prevenção de situações futuras análogas.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas".

✓ Confeccionar o empenho da despesa, formalizado em documento denominado "nota de empenho", **devendo ser realizado de forma prévia à(s) contratação(ões)**. Tal orientação é consentânea com o acordão do TCU, nº 1.404/2011, que determinou a: "observância das fases da despesa pública, de modo que o empenho seja prévio ou contemporâneo à contratação, consoante artigos 58 a 70 da Lei nº 4.320/1964".

✓ **Para o exercício das funções, cientificar formalmente o gestor e o fiscal de contrato/ata de registro de preços da indicação e das respectivas atribuições, antes da formalização do ato de designação** e no prazo máximo estabelecido, **devendo esses declararem, formalmente ciência da indicação**, em observância art. 6º, § 1º, c/c art. 7º, ambos do Decreto Municipal nº 11.813/2024.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Mariana, 26 de janeiro de 2026.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Apresentação de proposta do "Show Candonguêro" para Carnaval de Mariana 2026

O SHOW

Idealizado por artistas e pesquisadores ouro-pretanos, com intuito de resgatar e difundir a música carnavalesca nacional, o "SHOW CANDONGUÊRO" vem há 20 anos trazendo para as praças e cargos da região dos inconfidentes um concerto de música popular brasileira onde o samba é o fio condutor.

A proposta perpassa o universo da música brasileira com repertório autoral do disco "Era uma Vez um Carnaval", passando também por grandes nomes da canção popular como Caetano, Gilberto Gil, Lenine, Cartola, Noel Rosa, Tom Jobim, Chico Buarque, Cazuza, Luiz Gonzaga, Tim Maia, além de inéditos compositores da região e da nova cena musical brasileira.

Através de releituras que expressam todo universo da nossa musicalidade, o show emociona e anima o público pela originalidade musical, realizando fusões musicais impensáveis, como por exemplo, a união de Chiquinha Gonzaga com Titãs, Tim Maia com Luiz Gonzaga, Noel Rosa com Zeca Pagodinho, etc . Além, é claro, de não deixar de lado clássicos do cancioneiro popular unidos em pout-pourris surpreendentes.

"Candonguêro" é uma palavra angolana que se denomina o tambor utilizado no Jongo. Através de um processo semântico passou-se a designar o "leva-traz". Dessa forma, o projeto pretende ser um instrumento de fruição, levando e trazendo canções que rememorem e legitimem a tradição, a partir da construção de uma paisagem sonora que caracteriza nosso som, nossa cultura e nossa gente.

Neste sentido, o repertório conta com dezenas de músicas escolhidas "a dedo" e que contemplam expressões da tradição musical brasileira das mais variadas. O espetáculo tem como objetivo principal a prática do cancioneiro popular brasileiro num ambiente de muita diversão, irreverência e paz.

Com músicos de alto nível e grande representatividade, o projeto possui repertório eclético e se apresentou durante mais de 13 anos no carnaval de Ouro Preto e Mariana sempre com recorde de público e sucesso de crítica.

Fotos e Release para Imprensa: COMUNICAÇÃO CANDONGUERO

PROPOSTA

Realização de 01 (um) Shows Candonguêro no Carnaval de Mariana 2026 a se realizar no dia 13 de fevereiro em local e horário a ser combinado.

A apresentação terá duração mínima de 02 (duas) horas, contando com a participação de músicos e equipe técnica necessária à sua realização.

O repertório será adequado ao perfil do público e à tipologia do evento, respeitando as diretrizes culturais estabelecidas. Não serão executadas músicas que contenham letras de teor explícito, pejorativo ou que façam apologia a produtos ou práticas ilícitas.

CONDIÇÕES

Cachê de R$15.000,00 (quinze mil reais) por apresentação.

DETALHAMENTO DA PROPOSTA	
DESPESA CACHÊ ARTÍSTICO	R$6.000
DESPESA TÉCNICA	R$2.000
DESPESA PRODUÇÃO	R$2.000
DESPESA TRANSPORTE	R$2.000
DESPESA ALIMENTAÇÃO	R$1.000
DESPESA HOSPEDAGEM	R$800
NOTA FISCAL	R$1.200
TOTAL GERAL	R$15.000

NECESSIDADES EXTRA CACHÊ

Palco;

Som e luz de acordo com mapa anexo;

Camarim com banheiro.

FORMA DE PAGAMENTO

Pagamento à vista mediante apresentação de nota fiscal.

*Documentação de ECAD, impostos e outros documentos necessários para a realização do evento ficam por conta do contratante.

DATA CUMPRIMENTO DA PROPOSTA

13 de Fevereiro de 2026

VALIDADE DA PROPOSTA

60 dias da data da assinatura

DADOS REPRESENTANTE

Rayssa Aparecida do Amaral Gonçalves

RG nº 16.127.85 SSP/MG

CPF nº 104.074.326-98

Ouro Preto, 26 de janeiro de 2026

ASSINADO DIGITALMENTE
RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
https://serpro.gov.br/assinador-digital
Serpro

RAYSSA AMARAL PRODUÇÕES LTDA
TERRA DE RUDÁ PRODUÇÕES
CNPJ: 51.562.529/0001-30

PARECER

Inexigibiliade 26/2026

Processo 27/2026

Em atenção às considerações apresentadas pelo Controle Interno, passa-se à análise e manifestação acerca dos quesitos apontados, nos seguintes termos:

Ítem 6 - Em resposta ao apontamento apresentado, registra-se que foi juntada aos autos a proposta devidamente corrigida, sanando as inconsistências anteriormente identificadas, razão pela qual resta atendida a diligência formulada.

Ítem 9 - Registra-se que foram juntadas aos autos as certidões atualizadas, em plena validade, atendendo às exigências legais e administrativas pertinentes.

Ítem 13 - Para a adequada condução do procedimento, indica-se o servidor Filipe Vieira Babsky, matrícula nº 41.020, como membro responsável pela Comissão de Planejamento da Contratação, nos termos do Decreto nº 12.373, de 14 de julho de 2025, que o nomeou para tal finalidade.

Ítem 16 - Todos os documentos acostados aos autos foram devidamente autenticados pelo mesmo servidor responsável pelo planejamento da contratação, em conformidade com os procedimentos administrativos adotados.

Ítem 5 - Quanto à ausência de indicação da dotação orçamentária, esclarece-se que tal situação decorre de deliberação previamente acordada entre a Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo, a Controladoria Geral do Município, a Procuradoria Geral do Município, bem como as Secretarias de Planejamento, Fazenda e Governança.

RENOVANDO VIDAS
CENTRO ARTÍSTICO CULTURAL

OFÍCIO Nº 003/2026/CACRENOVANDOVIDAS

Mariana, 12 de fevereiro de 2026.

Ao Sr.
Marcos Eduardo Batista
Secretário de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Lazer de Mariana/MG
Rua Direita, 93
35.420-000 Mariana/MG

Assunto: Encaminhamento de Documentos.

Prezados,

Em conformidade com as exigências estabelecidas, encaminhamos, por meio deste, os documentos obrigatórios exigidos para instrução das Emendas Parlamentares Impositivas de Execução Indireta, os quais seguem em anexo, para fins de análise e demais providências que se fizerem necessárias.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais ou complementação de informações que se façam necessários.

Atenciosamente,

DAVI ROQUE DE MELO
Presidente do Centro Artístico Cultural Renovando Vidas

Rua Cascalheiras, 404, Salas 2 e 3 do 3° Pavimento, Bairro Barro Preto
Mariana/MG – CEP 35424-200 | Telefone/WhatsApp: (31) 98115-5403
E-mail: centroartisticocultural2023@gmail.com

Considerando a necessidade de garantir a tempestiva tramitação dos processos relacionados à realização do Carnaval, ficou pactuado que os procedimentos administrativos seriam instaurados anteriormente à abertura formal do orçamento do exercício, de modo a evitar atrasos que comprometessem a execução do evento.

Nessa conjuntura, restou ajustado que a indicação da dotação orçamentária seria inserida oportunamente, tão logo ocorresse a abertura do orçamento e houvesse a definição precisa da dotação adequada para suportar a despesa, em estrita observância às normas orçamentárias e financeiras vigentes.

Ítem 12 - Reiteram-se integralmente os esclarecimentos já prestados no item 5 deste parecer, especialmente quanto à ausência momentânea de indicação da dotação orçamentária, a qual decorre de deliberação previamente acordada entre a Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo, a Controladoria Geral do Município, a Procuradoria Geral do Município e as Secretarias de Planejamento, Fazenda e Governança, com previsão de posterior inserção da dotação adequada após a abertura do orçamento, antes da formalização da contratação e da assunção de obrigações financeiras pelo Município.

Mariana 3 de fevereiro de 2026

Filipe Vieira Babsky
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas

Marcos Eduardo Batista
Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo

Voltar | Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 51.562.529/0001-30

Razão Social: RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA

Endereço: R SAO MIGUEL ARCANJO 314 CASA A / AGUA LIMPA / OURO PRETO / MG / 35404-340

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:17/01/2026 a 15/02/2026

Certificação Número: 2026011705086409538590

Informação obtida em 03/02/2026 08:43:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CONFERE COM ORIGINAL

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RAYSSA AMARAL PRODUCOES LTDA**

CPF/CNPJ: **51.562.529/0001-30**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 08:46:22 do dia 03/02/2026 , com validade até o dia 05/03/2026.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: qbyOMrsDbMHsYaOEwb9y

contrato 065/26

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CONFERE COM ORIGINAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-003 — ESTADO DE MINAS GERAIS

AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA PELA AUTORIDADE COMPETENTE

INEXIGIBILIDADE: 26/2026

PROCESSO: 27/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA "BANDA CANDONGUÊRO" PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026.

CONSIDERANDO a justificativa trazida pela Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, no que tange a necessidade da contratação em tela;

CONSIDERANDO o interesse da administração pública municipal em garantir um calendário cultural extenso e diversificado;

CONSIDERANDO que as festividades do " CARNAVAL DE MARIANA" têm relevância cultural e social, que apresentação musical amplia a participação popular;

CONSIDERANDO a legitimidade de representação dos interesses dos artistas, visto que a contratação em tela será viabilizada entre este município e empresa representante legal devidamente munida de poderes de representação exclusiva na forma da lei;

CONSIDERANDO que os valores ofertados se aproximam do já praticado no mercado, inclusive no mesmo período carnavalesco, visto encontrarem-se balizados pelos documentos acostados ao feito;

Destarte, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74 Inciso II, assim como no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 127, e 128 da Lei Orgânica Municipal, **AUTORIZO** por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com a devida celebração da respectiva contratação, nos termos da Lei.

Mariana, 03 de fevereiro de 2026

MARCOS EDUARDO BATISTA

Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo